

ANEXO I: Declaração de Atuação da Entidade
Entidade candidata à vaga de representante da sociedade civil no COMAM

Nome da Entidade	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais – Fecomércio MG		
Segmento	Representante do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais		
Endereço	Rua Curitiba, 561, BH – CEP: 30170-121	E-mail	juridico@fecomerciomg.org.br
CNPJ	17.271.982/0001-59	Data de Fundação	04/12/1938
Membros da Diretoria			
NADIM ELIAS DONATO FILHO		Presidente	
BENTO JOSE OLIVEIRA		Tesoureiro	
AFONSO MAURO PINHO RIBEIRO		Diretor	
ALBERT CAGNANI		Diretor	
ALEXANDRE MAGNO DE MOURA		Diretor	
ALFEU FREITAS ABREU		Diretor	
ANDRE COELHO BORGES DE MEDEIROS		Diretor	
EVANDO AVELAR DUARTE		Diretor	
GILSON DE DEUS LOPES		Diretor	
GLENN ANDRADE		Diretor	
GUSTAVO DE CARVALHO PEREIRA		Diretor	
HERCILIO ARAUJO DINIZ FILHO		Diretor	
JOSE GERALDO DE OLIVEIRA MOTTA		Diretor	
JOSE PORFIRO DO CARMO		Diretor	
LINDOMAR APARECIDO RIBEIRO		Diretor	
MARCELO LEITAO OLIVEIRA		Diretor	
MARCUS DO NASCIMENTO CURY		Diretor	
RICARDO TEIXEIRA BATISTA		Diretor	
ROBSON BATISTA		Diretor	
RODRIGO NATAL ROCHA		Diretor	
VERA LUCIA FREITAS LUZIA		Diretor	
WANDER JUNIOR DE CARVALHO		Diretor	
GERALDO PEREIRA DA SILVA BITARAES		Membro do Conselho Fiscal	
LEONARDO ARAUJO COSTA		Membro do Conselho Fiscal	
LOUCIMAR DO EGITO RIBEIRO		Membro do Conselho Fiscal	
MAURICIO DA CUNHA BRENCK		Membro do Conselho Fiscal	
NICIO FORTES GARCIA		Membro do Conselho Fiscal	
PAULO CANCADO GONCALVES		Membro do Conselho Fiscal	
ROBERTUS FERDINANDUS MARIA VAN DOORNIK		Secretário Geral	

ALESSANDRO DANIEL GUERRA	Suplente de Diretoria
ALESSANDRO GERALDO DIAS	Suplente de Diretoria
ANTONIO ELADIO DUARTE	Suplente de Diretoria
CARLOS ALBERTO APOLINARIO	Suplente de Diretoria
CARLOS ALBERTO SALVATO	Suplente de Diretoria
CARLOS FRANCA	Suplente de Diretoria
EDUARDO SOARES FERREIRA	Suplente de Diretoria
FABIO DE CARVALHO SANTA ROSA	Suplente de Diretoria
FABIOLA ALCANTARA ARIDA UESCAR	Suplente de Diretoria
FLAVIO FERREIRA DO CARMO	Suplente de Diretoria
FRANK SINATRA SANTOS CHAVES	Suplente de Diretoria
GILBERT LACERDA SILVA	Suplente de Diretoria
GILMAR PAIVA DA COSTA	Suplente de Diretoria
GILMAR PINTO DE OLIVEIRA	Suplente de Diretoria
HENRIQUE CESAR DE OLIVEIRA	Suplente de Diretoria
JOSE LUIZ DE OLIVEIRA	Suplente de Diretoria
JOSINO NEIVA BATISTA	Suplente de Diretoria
LEONARDO DA MOTA COSTA	Suplente de Diretoria
LEONARDO HAMILTON MAIA OLIVEIRA	Suplente de Diretoria
LEONARDO SOARES RAMOS	Suplente de Diretoria
LEONARDO TURY HADDAD	Suplente de Diretoria
LIZZIANE MARTINS FACUNDES MAIA	Suplente de Diretoria
LUCIANO CIABOTTI	Suplente de Diretoria
MARCELO RODRIGUES SEPULVEDA	Suplente de Diretoria
MARCO POLO VIRIATO ROLIM	Suplente de Diretoria
MARCOS VINICIUS COTTA SANTOS	Suplente de Diretoria
MARIA LUIZA MAIA OLIVEIRA	Suplente de Diretoria
OZEMAR DO CARMO	Suplente de Diretoria
RONY ANDERSON DE ANDRADE REZENDE	Suplente de Diretoria
SALVADOR OHANA	Suplente de Diretoria
SEBASTIAO IVO ALVES	Suplente de Diretoria
WAGNER FERREIRA MATTOS	Suplente de Diretoria
WALTER DE ALBUQUERQUE	Suplente de Diretoria
ALEXANDRE MACHADO MAROMBA	Vice-Presidente
AURELIANO ZANON ALVES	Vice-Presidente
CASSIA AMORIM XIMENES QUEIROGA	Vice-Presidente
EMERSON BELOTI DE SOUZA	Vice-Presidente
GILSON TEODORO AMARAL	Vice-Presidente
IESSER ANIS LAUAR	Vice-Presidente
JOSE MARIA FACUNDES	Vice-Presidente

	JULIO GOMES FERREIRA	Vice-Presidente
	LUCIO EMILIO DE FARIA JUNIOR	Vice-Presidente
	VALERIA CLARA DE OLIVEIRA CARMO	Vice-Presidente
Descrição de Atividades Realizadas		
2025	<ul style="list-style-type: none"> • Fecomércio MG toma posse no CODESE BH O CODESE-BH (Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Belo Horizonte) é uma instância participativa formada por entidades empresariais, acadêmicas e da sociedade civil, com o objetivo de propor políticas públicas e projetos estruturantes para o desenvolvimento sustentável e de longo prazo da capital mineira. O Conselho atua de forma colaborativa com o poder público, buscando soluções para temas como mobilidade urbana, segurança, inovação, turismo, empreendedorismo e qualidade de vida. A Fecomércio MG participa ativamente do CODESE-BH, contribuindo com sua expertise no setor de comércio, serviços e turismo. Entre as atividades realizadas pela Federação estão a elaboração de propostas técnicas e estudos econômicos, a articulação institucional com o setor produtivo, e a defesa de medidas que favoreçam o ambiente de negócios e o fortalecimento do empreendedorismo local. A atuação da Fecomércio MG no Conselho reforça seu compromisso com o planejamento estratégico e o desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte. Documentos que comprovam a atuação da Fecomércio MG no CODESE encontram-se em anexo. • Pesquisa de perfil dos foliões de Belo Horizonte Em parceria com a Belotur, a entidade realizou um levantamento sobre o perfil, o comportamento e a intenção de consumo dos foliões, reunindo dados fundamentais para compreender o impacto econômico e social da festa. O estudo revelou como o Carnaval movimenta diversos setores — como comércio, serviços, hospedagem, alimentação e turismo — gerando emprego, renda e oportunidades de negócio para empreendedores locais. A partir das informações coletadas, a Fecomércio MG contribui para orientar políticas públicas e estratégias empresariais, auxiliando comerciantes, ambulantes e prestadores de serviço a adequar sua oferta à demanda dos foliões. Link com a pesquisa completa: Fecomércio MG Link comprovando a parceria com a PBH: Pesquisa analisa os hábitos dos foliões do Carnaval de Belo Horizonte 	
2024	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac com a Belotur para o Mercado das Flores A Belotur e o Sistema Fecomércio MG, Sesc, Senac e Sindicatos Empresariais firmaram parceria para o uso oneroso do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) – Mercado das Flores, localizado no centro de Belo Horizonte. O termo de parceria foi formalizado em 10 de janeiro, prevendo 36 meses de permissão de uso e investimentos em readequação do espaço. A iniciativa integra o projeto municipal de requalificação do hipercentro e tem como objetivos fortalecer o turismo e o empreendedorismo local, valorizar a gastronomia e estimular a economia criativa, transformando o Mercado das Flores em um ponto de convergência entre turistas, 	

	<p>trabalhadores e empreendedores.</p> <p>Link da reportagem no site da PBH: Belotur faz parceria com Fecomércio-MG, Sesc e Senac para Mercado das Flores</p> <p>Mercado das Flores retoma atendimento ao turista a partir de 21 de março</p> <ul style="list-style-type: none"> Entrega da Agenda Municipal com propostas aos candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte A Fecomércio MG, por meio do seu Núcleo de Estudos Econômicos, elaborou e lançou a Agenda Municipal 2024, um documento estratégico com propostas para o desenvolvimento de Belo Horizonte. As atividades envolveram pesquisa com comerciantes, análise de indicadores locais e formulação de ações voltadas ao fortalecimento do comércio, do turismo, da segurança e do empreendedorismo. Link com arquivo completo: Sistema Fecomércio-MG lança Agenda Municipal com propostas aos candidatos à Prefeitura de BH - Portal do Comércio Parceria Fecomércio MG e Casa do Turismo de BH – Convention & Visitors Bureau As atividades envolveram o ato de associação institucional, o apoio à reestruturação e reposicionamento da Casa do Turismo e o planejamento de ações conjuntas para a captação de eventos e promoção de Belo Horizonte como destino turístico competitivo. Com essa iniciativa, a Fecomércio MG reforça seu papel de fomentar o turismo de negócios e eventos, estimular o desenvolvimento econômico local e fortalecer parcerias estratégicas voltadas à valorização do setor de comércio, serviços e turismo em Minas Gerais. Link com reportagem: Fecomércio MG e Casa do Turismo de BH – Convention & Visitors Bureau lançam parceria - NovoJornal Fecomércio MG apoiou o carnaval de Belo Horizonte Durante o Carnaval de Belo Horizonte 2024, a Fecomércio MG reafirmou seu compromisso com o setor de comércio, serviços e turismo ao patrocinar e apoiar institucionalmente a folia, investindo R\$ 1 milhão diretamente na Prefeitura e, por meio do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac, cerca de R\$ 4 milhões em ações antes e durante o evento. As atividades envolveram o treinamento gratuito de 3 mil vendedores ambulantes pelo Senac em Minas, com foco em atendimento, vendas e segurança alimentar, além da distribuição de kits de identificação. O Sesc em Minas realizou ações culturais, de saúde e bem-estar, como campanhas de prevenção, pontos de hidratação e instalação de totens temáticos de localização em áreas estratégicas. Link com reportagem: Fecomércio MG abraça o Carnaval de BH mais uma vez
2023	<ul style="list-style-type: none"> Entrega da Agenda Municipal com propostas para o desenvolvimento sustentável e sustentado da cidade de Belo Horizonte A Fecomércio MG, por meio do seu Núcleo de Estudos Econômicos, elaborou e lançou a Agenda Municipal 2023, um documento estratégico com propostas para o desenvolvimento de Belo Horizonte. As atividades envolveram pesquisa com comerciantes, análise de indicadores locais e formulação de ações voltadas ao fortalecimento do comércio, do turismo, da segurança e do empreendedorismo. Link com arquivo completo: https://www.fecomerciomg.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Agenda-Municipal-da-Fecomercio-MG-2023.pdf Patrocínio do carnaval de rua de Belo Horizonte Em 2023, a Fecomércio MG, por meio do Sistema Fecomércio MG, Sesc, Senac e Sindicatos Empresariais, desempenhou papel central no patrocínio e apoio institucional ao Carnaval de Belo Horizonte, destinando mais de R\$ 1 milhão à Prefeitura para fortalecimento do evento. Com essas ações, a Fecomércio MG fortaleceu o setor de comércio, serviços e turismo, promoveu o desenvolvimento econômico local e reafirmou seu compromisso com a cultura, o empreendedorismo e a geração de oportunidades em Belo Horizonte.

	<p>Link da reportagem: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/sistema-fecomercio-mg-patrocina-carnaval-de-belo-horizonte</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação da Fecomércio no Conselho de Turismo – COMTUR A Fecomércio MG participa ativamente, por meio da representação da Sra. Milena Teixeira Soares, como membro titular, e Sra. Luciana Regina Ferreira, membro suplente do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – COMTUR-BH, instituído pela Lei nº. 18.823 de 29 de junho de 2015 que é um órgão colegiado de assessoramento superior, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE, de caráter consultivo, que tem por finalidade propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação da Política Municipal de Turismo, bem como acompanhar sua implementação, com vistas ao desenvolvimento do turismo no Município, em todas as suas modalidades. <p>Link da 23ª Ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Comtur BH ocorrida em 14/02/2023: https://colegiados.pbh.gov.br/sgc/agendaColegiadosDocumentoReuniaoPortalPbh.php?dr=4307688&r=3097899&c=17094</p> <p>Link da 25ª Ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Comtur BH ocorrida em 14/06/2023: https://colegiados.pbh.gov.br/sgc/agendaColegiadosDocumentoReuniaoPortalPbh.php?dr=4398597&r=3197355&c=17094</p> <p>Link da 26ª Ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Comtur BH ocorrida em 23/08/2023: https://colegiados.pbh.gov.br/sgc/agendaColegiadosDocumentoReuniaoPortalPbh.php?dr=4435893&r=3217557&c=17094</p> <p>Link da 27ª Ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Comtur BH ocorrida em 18/10/2023: https://colegiados.pbh.gov.br/sgc/agendaColegiadosDocumentoReuniaoPortalPbh.php?dr=4463865&r=3250968&c=17094</p> <p>Link com os membros do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Comtur BH (Milena Teixeira Soares e Luciana Regina Ferreira pela Fecomércio MG): https://colegiados.pbh.gov.br/sgc/representantesColegiadosPortalPbh.php?c=17094</p>
Anos anteriores	<ul style="list-style-type: none"> Participação na VI Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte (2022) A Fecomércio MG participou ativamente das discussões, defendendo o fortalecimento do setor de comércio, serviços e turismo como eixo essencial do desenvolvimento urbano. As atividades da Federação incluíram a apresentação de propostas voltadas à desburocratização, à revitalização de áreas comerciais, à valorização do hipercentro e à melhoria da infraestrutura urbana, além da articulação com o poder público e demais entidades para promover um ambiente mais favorável aos negócios e ao empreendedorismo. <p>Link com informações da conferência, e referência ao nome do colaborador indicado pela Fecomércio MG: https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/participacao/conferencia-de-politica-urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte (CODECOM) A Fecomércio MG atua de forma ativa no Conselho de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte (CODECOM), espaço de diálogo entre o poder público, entidades empresariais e a sociedade civil voltado à formulação de estratégias para o crescimento sustentável da capital. No Conselho, a Federação contribui com estudos

técnicos, análises econômicas e propostas voltadas à desburocratização, à melhoria do ambiente de negócios, ao incentivo ao empreendedorismo e ao fortalecimento do setor de comércio, serviços e turismo.

Link com o decreto Nº 17.074, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 que dispõe sobre a composição do CODECOM: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2019/1708/17074/decreto-n-17074-2019-dispoe-sobre-a-composicao-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-economico-e-da-outras-providencias>

Assinatura (Representante Legal da Entidade)



Nadim Elias Donato Filho
Presidente

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais – Fecomércio MG

ANEXAR DOCUMENTOS QUE COMPROVEM, POR EXEMPLO:

I - O envolvimento dos membros associados da entidade em trabalhos técnicos relacionados ao respectivo segmento;

II - A realização, pela entidade, de encontros técnicos, projetos, seminários ou outras atividades que comprovem o desenvolvimento da temática relacionada ao segmento.

III - Publicações da entidade de livros, revistas ou periódicos especializados na temática relacionada ao segmento.

IV - Atas de reunião, datada dos últimos 3 (três) anos, que comprovem atuação de membros associados da entidade em reuniões, assembleia, conferência, convenção cujo objeto de discussão seja a temática relacionada ao segmento.

Declaração:

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste relatório são verdadeiras, e que os documentos anexados são autênticos.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2025



Nadim Elias Donato Filho
Presidente

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais – Fecomércio MG

**Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS
DO "CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E
ESTRATÉGICO DE BELO HORIZONTE - CODESE-BH"**

Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na sede do Sebrae/MG, localizado na Av. Barão Homem de Melo, 329 - 5º andar, no Bairro Nova Granada, CEP 30.431-285, na qualidade de entidades-membro do Codese-BH, reuniram-se em sessão plenária por seus representantes, as pessoas jurídicas:

1. ASSOCIAÇÃO DE BANCOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - **ABEMG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.297.276/0001-86, com sede na rua dos Carijós, 424, 24º andar, centro, Belo Horizonte/MG, representada por seu Diretor Financeiro, Sr. Athaíde Vieira dos Santos;
2. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MINAS - **ACMINAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.268.822/0001-50, com sede na rua Paraíba, 1465, sala 701, Savassi, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. José Anchieta da Silva e pelo Vice-Presidente, Sr. Marcos Brafman;

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

3. ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE MINAS GERAIS - **AELO/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.220.252/0001-29, com sede na Rua Marília de Dirceu, 226, Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. Flávio Guerra de Castro Luz;
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA E URBANISMO - **ASBEA/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.529/0001-70, com sede na rua Francisco Deslandes, 971, sala 412, bairro Anchieta, Belo Horizonte/MG, representado pela Sra. Renata Nogueira Herculano;
5. ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO BURITIS - **ABB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.809.375/0001-22, com sede na rua José Hemeterio Andrade, nº 710, anexo 75, bairro Buritis, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. Rômulo Amaral de Castro Belfort;
6. ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE MINAS GERAIS - **ASSESPRO/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.579.327/0001-62, com sede na Av. Afonso Pena, nº 3351,

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

sala 1010, bairro Serra, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. Fernando Santos;

7. **CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE BELO HORIZONTE - CDL/BH**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.179.359/0001-70, com sede na Av. João Pinheiro, 495, Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. Marcelo de Souza e Silva e pelo Vice-Presidente de Relações Institucionais, Sr. Marcos Innecco Corrêa;
8. **CÂMARA DO MERCADO IMOBILIÁRIO E SINDICATO DAS EMPRESAS ADMINISTRADORES DE IMÓVEIS, CORRETORAS DE IMÓVEIS, INCORPORADORAS DE IMÓVEIS E URBANIZADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - CMI/SECOVI/MG, (CMI)** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.698.118/0001-09, com sede na rua Sergipe, 1000, Savassi, Belo Horizonte/MG, e **(SECOVI)** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.619.319/0001-01, com sede na rua Sergipe, 1000, Savassi, Belo Horizonte/MG, ambas representadas por sua Presidente, Sra. Cássia Amorim Ximenes Queiroga e pelo Vice-Presidente de Loteadoras, Sr. Adriano Nascimento Manetta;

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

9. SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E DE SERVIÇO MÓVEL, CELULAR E PESSOAL - **CONEXIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.102.961/0001-93, com sede no Setor Scn Quadra 4 Bloco B - Asa Norte, Brasília - DF BRASILIA, DF, representada por Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz;
10. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - **CREA/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.254.509/0001-63, com sede na Avenida Alvares Cabral, 1600, Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. Marcos Venicius Gervasio;
11. FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE MINAS GERAIS - **FECOMÉRCIO/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.819.585/0001-63, com sede na rua dos Guajajaras, 890, centro, Belo Horizonte/MG, representada pelo Assessor Econômico, Sr. Jorge Rolla;
12. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - **FIEMG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81, com sede na Av. do Contorno, 4.456, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, representada pelo Sr. Raphael Lafetá;

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

- 13.** MINAS TÊNIS CLUBE - **MTC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.217.951/0001-10, com sede na rua da Bahia, 2244, Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada pelo Diretor de Planejamento, Sr. Fernando Furtado de Paula Ferreira;
- 14.** SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MINAS GERAIS - **SEBRAE/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.589.137/0001-63, com sede na Av. Barão Homem de Melo, 329, bairro Nova Granada, Belo Horizonte/MG, representada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Marcelo de Souza e Silva e pelo Gerente Regional, Sr. Antônio Augusto Vianna de Freitas;
- 15.** SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - **SICEPOT/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.631.087/0001-35, com sede na Av. Raja Gabaglia, 1143, bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, representada por seu presidente, Sr. Bruno Baeta Ligório;
- 16.** SINDICATO DO COMÉRCIO LOJISTA DE BELO HORIZONTE - **SINDLOJAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.265.885/0001.53, com sede na rua Curitiba,

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

561, 8º andar, centro, Belo Horizonte/MG, representada pelo Vice-Presidente, Sr. Salvador Ohana e pelo Diretor, Sr. Marcelo de Oliveira Nunes da Silveira.

17. SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - **SINDUSCON/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.220.252/0001-29, com sede na Rua Marília de Dirceu, 226, Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente, Sr. Raphael Lafetá;
18. SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS - **SME/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.227.745/0001-90, com sede na rua dos Timbiras, nº 1514, bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada pelo Sr. Teodomiro Diniz Camargos e pelo Sr. Wilson Leal;
19. SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS E LOGÍSTICA DE MINAS GERAIS - **SETCEMG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.433.780/0001-66, com sede na Av. Antônio Abrahão Caram, 728 - São José, Belo Horizonte, representada pelo Sr. Esterlino Luciano Campos Medrado;

**Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG**

Inaugurada solenemente a sessão, usou a palavra a Sra. Presidente, Cássia Ximenes, que após breve relato, apresentou a proposta de "Ordem do Dia", a saber:

- a) Balanço 2024 das ações do CODESE-BH;**
- b) Eleição da Diretoria do CODESE-BH para o biênio 2024/2026, composta por Plenária, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;**

Aprovada por unanimidade a "Ordem do Dia" passou-se, em seguida, à discussão do primeiro item da pauta.

a) Balanço 2024 das ações do CODESE-BH;

Os Diretores do Codese-BH fizeram o uso da fala em ordem sequencial hierárquica, ressaltando todos os avanços alcançados pelo conselho durante o período que se encerra, agradecendo a todas as entidades integrantes do conselho pelo apoio e parceria para construção de um planejamento de futuro da cidade de Belo Horizonte. Na sequência, o Diretor-Executivo, Sr. Elvis Gaia, realizou uma apresentação com o balanço das ações realizadas no exercício de 2024, apontando os êxitos alcançados e os desafios que permanecem para o próximo exercício.

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

Após, a palavra foi aberta para os conselheiros que complementaram com a visão e experiência de cada entidade na jornada do Codese-BH no ano de 2024.

Em seguida, passou-se ao segundo item da ordem do dia.

b) Eleição da Diretoria do CODESE-BH para o biênio 2024/2026, composta por Plenária, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;

O Diretor-Executivo do Codese-BH. Sr, Elvis Gaia, iniciou o segundo item da pauta informando que haverá candidatura única para a composição dos cargos do Codese-BH, nos termos do Estatuto Social e do Edital de Eleição, conforme documentação apresentada pelas entidades candidatas, com a seguinte configuração:

DIRETORIA DO CODESE-BH

PLENÁRIA

Presidente: Cássia Amorim Ximenes Queiroga (SECOVI/MG)

Vice-Presidente: Marcos Innecco Corrêa (CDL/BH)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Marcos Brafman (ACMinas)

Vice-Presidente: Jorge Rolla (FECOMÉRCIO/MG)

**Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG**

CONSELHO FISCAL

Presidente: Adriano Nascimento Manetta (CMI/MG)

Vice-Presidente: Esterlino Luciano Medrado (SETCEMG)

MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO

1. Luiz Henrique Andrade de Araújo (ABEMG);
2. Athaíde Vieira dos Santos (ABEMG);
3. Marcos Brafman (ACMINAS);
4. José Epiphânio Camillo dos Santos (ACMINAS);
5. Flavio Guerra (AELO/MG);
6. Leonardo Mattos (AELO/MG);
7. Giselle Borges (ASBEA/MG);
8. Renata Nogueira Herculano (ASBEA/MG);
9. Rômulo Amaral de Castro Belfort (ABB);
10. Fernando Santos (ASSESPRO/MG);
11. Alexandre Lima (ASSESPRO/MG);
12. Marcelo Souza e Silva (CDL/BH);
13. Marcos Innecco Corrêa (CDL/BH);
14. Cássia Amorim Ximenes Queiroga (CMI/SECOVI-MG);
15. Adriano Nascimento Manetta (CMI/SECOVI-MG);
16. Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz (CONEXIS);
17. Marcos Venicius Gervasio (CREA/MG);
18. Edilio Ramos Veloso (CREA/MG);

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

19. Jorge Rolla (FECOMÉRCIO/MG);
20. Alexandre Dolabella França (FECOMÉRCIO/MG);
21. Raphael Lafetá (FIEMG);
22. Fernando Furtado de Paula Ferreira (MTC);
23. Antônio Augusto Vianna de Freitas (SEBRAE/MG);
24. Francisco Nivaldo Sales Bessa (SERT/MG);
25. Bruno Baeta Ligório (SICEPOT/MG);
26. Salvador Ohana (SINDLOJAS/MG);
27. Marcelo de Oliveira Nunes da Silveira (SINDLOJAS/MG);
28. Raphael Lafetá (SINDUSCON/MG);
29. Bruno Vinícius Magalhães (SINDUSCON/MG);
30. Teodomiro Diniz Camargos (SME/MG);
31. Wilson Leal (SME/MG);
32. Esterlino Luciano Campos Medrado (SETCEMG);
33. Renato Marques (SETCEMG).

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

1. Adriano Nascimento Manetta (CMI/SECOVI-MG);
2. Esterlino Luciano Campos Medrado (SETCEMG);
3. Flavio Guerra (AELO/MG);
4. Rômulo Amaral de Castro Belfort (ABB);

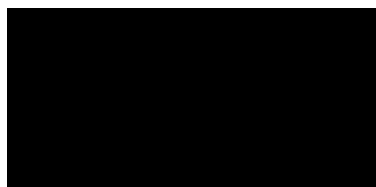
Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

Após a apresentação das entidades candidatas aos cargos eletivos do Codese-BH, não havendo disputa pelo voto, foi aberta a manifestação aos conselheiros.

DELIBERAÇÃO: As entidades inscritas no processo eletivo do Codese-BH foram eleitas por aclamação para o biênio 2024-2026.

E nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados e eu, **Elvis Clayton Nunes Gaia**, Presidente desta Assembleia, lavrei esta ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2024.



Elvis Clayton Nunes Gaia
Diretor-Executivo
Codese-BH

CONTRATO DE COTA PATROCÍNIO

A **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A – BELOTUR**, com sede na Rua Espírito Santo, 527, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-031, inscrita no CNPJ sob o nº 21.835.111/0001-98, neste ato representada por seus Diretores *in fine*, doravante denominada CONTRATANTE, e as entidades: **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FECOMÉRCIO-MG**, estabelecida na Rua Curitiba, 561, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-120, CNPJ nº 17.271.982/0001-59, **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SESC-MG**, situado na R. dos Tupinambás, 956, Centro, BH/MG, CEP: 30.120-906, CNPJ nº 03.643.856/0001-73, **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC MINAS**, Rua dos Tupinambás, 1086, Centro, BH/MG, CEP: 30.120-076, CNPJ nº 03.447.242/0001-16, representadas, respectivamente, pelos Srs. Nadim Elias Donato Filho, CPF nº [REDACTED], Alberto Moreira Vieira, CPF nº [REDACTED] e Joaquim Antônio Gonçalves, CPF nº [REDACTED], neste ato como **PATROCINADOR**, celebram o presente Contrato de Patrocínio decorrente do Chamamento Público nº 013/2023, 01-060.177/23-15 – 63789/GERMK-BL/2023, em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, com o Decreto Municipal 16.825/2018, a Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas legais atinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. O Patrocinador garante o patrocínio ao evento “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, de acordo com a cota de patrocínio adquirida – **01 (uma) COTA “APOIO”**.
 - 1.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Edital e todos os seus Anexos.
- Parágrafo Único:** A cota de patrocínio referida no item 1.1 se dá pelo aporte financeiro no valor pecuniário descrito na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR PECUNIÁRIO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. Os Patrocinadores adquirentes da Cota de Patrocínio APOIO pagarão à BELOTUR o valor total de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão e reais)** assim conforme abaixo:
 - R\$333.333,33 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) – pelo SESC- BH;
 - R\$333.333,33 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) – pelo SENAC-MG; E
 - R\$333.333,34 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) – pela FECOMERCIO-MG
- 2.2. OS PAGAMENTOS EM ESPÉCIE DA COTA adquirida serão efetuados pelas empresas selecionadas no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato, conforme condições nele estabelecidas.
- 2.3. O pagamento deverá ser efetuado por meio de transferência bancária, emitida por processamento eletrônico, a crédito da BELOTUR em instituição bancária definida por ela e será aplicado na promoção, organização, realização e execução do projeto “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024” e demais ações correlatas no âmbito da BELOTUR.

2.4.O repasse da taxa de remuneração pela captação deverá ser realizado diretamente pela empresa PATROCINADORA para o agente captador e será descontado do valor líquido a ser depositado

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONTRAPARTIDAS

3.1. As contrapartidas do patrocínio se darão por meio de:

- 3.1.1. Exploração de publicidade/merchandising, em espaços públicos do Município, nas localidades dos eventos oficiais do Carnaval de Belo Horizonte 2024 nas ações de comunicação, divulgação e sinalização do evento, sob as respectivas chancelas conforme cota adquirida;
- 3.1.2. Direito de uso da marca do Carnaval de Belo Horizonte 2024 para desenvolvimento de ações de comunicação institucional, criação de produtos, brindes e assessoria de imprensa. Todas as aplicações e uso da marca devem ter prévia aprovação da BELOTUR e PBH;
- 3.1.3. Outras ações de merchandising, divulgação e publicidade, conforme detalhamento abaixo, e de acordo com a COTA adquirida na respectiva chancela:
 - As ações de merchandising, divulgação e publicidade são aquelas previstas na chancela “APOIO”, conforme proposta apresentada, edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Constituem obrigações da BELOTUR:

- a) Observar e fazer cumprir o que se estabelece neste Edital e seus anexos dentro do prazo pactuado;
- b) Proceder com o cumprimento das contrapartidas definidas no Termo de Referência;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato decorrente do objeto do Edital e seus anexos;
- d) Tomar as providências administrativas cabíveis, no caso de o Patrocinador não cumprir as exigências previstas no Edital e seus anexos.

4.2. Constituem obrigações do PATROCINADOR:

- a) Cumprir com o objeto previsto no Edital e seus anexos;
- b) Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes;
- c) Alinhar e aprovar com a BELOTUR, em tempo hábil, as aplicações de marcas e ações de merchandising contidas no item 4 do Termo de Referência;
- d) Submeter à aprovação da BELOTUR, previamente à realização das contrapartidas, todas as ações pretendidas dentre as previstas no item 4, considerando os preceitos legais;
- e) Inserir, em todas as peças publicitárias e/ou de merchandising do projeto, a marca oficial do “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, bem como as marcas oficiais da BELOTUR e da Prefeitura de Belo Horizonte, mediante aprovação prévia da BELOTUR e da PBH;
- f) Todas as contrapartidas propostas deverão seguir os preceitos legais, e, serem submetidas, previamente, para aprovação pela BELOTUR;
- g) Providenciar seguro de responsabilidade civil que cubra danos pessoais e/ou materiais que envolvam as estruturas e/ou os elementos que irão compor as ações de promoção e/ou experiência do(s) projeto(s) de ativação das marcas do “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024” independente de culpa; desde o início da montagem até a completa remoção dos elementos;

- h) Submeter à autoridade municipal competente os pedidos de licenciamento para ações de promoção e/ou experiência que irão compor o projeto de ativação das marcas da respectiva chancela para o “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, nos termos da legislação pertinente e de acordo com o previsto no item 4 - Das Contrapartidas do Termo de Referência;
- i) Seguir as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, em especial a IT 33 e IT 38, as normas de licenciamento municipal, além das demais normas que poderão estar vigentes no período de planejamento e realização do evento, tendo em vista a respectiva chancela;
- j) Não trazer prejuízos à sociedade, por meio de ações: - que promovam qualquer tipo discriminação de gênero, raça, crença religiosa ou orientação sexual; - de cunho exclusivamente político-partidário e/ou religioso, à exceção de manifestações populares reconhecidamente tradicionais; - que estejam relacionados a atividades ilegais ou que possam colocar em risco a imagem de Belo Horizonte;
- k) Efetuar transferência bancária, para conta específica da BELOTUR, dos recursos relativos à cota indicada na proposta;
- l) Utilizar os dados/informações porventura compartilhados, exclusivamente, para a finalidade que esteja atrelada ao planejamento e operação do evento Carnaval de Belo Horizonte 2024”, devendo o conteúdo ser previamente aprovado pela BELOTUR;
- m) Descartar os dados/informações compartilhados e não os utilizar, em nenhuma hipótese, após o término da vigência do contrato;
- n) Efetuar o repasse da taxa de remuneração pela captação ao agente captador é de inteira responsabilidade do PATROCINADOR;
- o) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na vigência do contrato, facultando-se à BELOTUR o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição;
- p) Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional da CONTRATANTE;
- q) Não utilizar, em qualquer das atividades relacionadas à consecução do objetivo deste contrato, trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo;
- r) Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013, de 01 de agosto de 2013, “Lei Anticorrupção”; e Decreto Municipal 16.954/2018, de 02 de agosto de 2018, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na Prefeitura de Belo Horizonte.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 O contrato decorrente do patrocínio vigorará por **06 (seis) meses** a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 A inexecução total ou parcial do objeto descrito no presente termo caracterizará na inadimplência da EMPRESA SELECIONADA e a sujeitará à aplicação das penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa, contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Municipais nº 18.096/22, 16.954/2018, aplicável subsidiariamente:

- a) Advertência;

- b) Multa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor pecuniário ofertado;
 - c) Suspensão temporária da participação em processos seletivos simplificados e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a BELOTUR.
- 6.2** Empresa Selecionada, que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar ou participar de processos seletivos simplificados e contratar com o Município.
- 6.3** Com referência à sanção de que trata a alínea “B” do item 6.1, decorrido o prazo de defesa sem que a Empresa Selecionada se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, ela será notificada a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.
- 6.3.1** Uma vez recolhida a multa de que trata o item 6.1, letra “B”, e na hipótese de vir a Empresa Selecionada a lograr êxito em recurso que apresentar, a BELOTUR, ora CONTRATANTE, devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

- 7.1** O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.
- 7.2** O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, desde que formalmente motivado nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses do Patrocinador:
- a) Infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;
 - b) Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
 - c) Transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
 - d) Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
 - e) Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata à CONTRATANTE;
 - f) Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, quando solicitado.
- 7.3** Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA (PATROCINADOR), a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA OITAVA: DA ANTICORRUPÇÃO

- 8.1** Na execução do presente contrato é vedado à BELOTUR e à CONTRATADA/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:
- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei/ edital;
- d) Alegar o desconhecimento e/ou descumprir as regras previstas na Lei 12.846/2013 e no Decreto Municipal nº 16.954/2018, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CONTRATANTE;
- e) Manipular ou fraudar o presente contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto Municipal nº 16.954/2018.

CLÁUSULA NONA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 9.1** O PATROCINADOR obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 9.2** O PATROCINADOR obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando à segurança, à proteção, à confidencialidade e ao sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 9.3** O PATROCINADOR deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 9.4** O PATROCINADOR não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 9.5** O PATROCINADOR não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 9.6** O PATROCINADOR obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 9.7** O PATROCINADOR fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 9.8** AO PATROCINADOR não será permitido deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 9.9** O PATROCINADOR deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

- 9.10** O PATROCINADOR deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 9.11** A notificação não eximirá o PATROCINADOR das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 9.12** O PATROCINADOR que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 9.13** O PATROCINADOR fica obrigado a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE, para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 9.14** O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o PATROCINADOR e a CONTRATANTE, bem como entre o PATROCINADOR e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 9.15** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o PATROCINADOR a processo administrativo para apuração de responsabilidade e consequente sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.
- 9.16** O PATROCINADOR fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1** O “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024” é um projeto de realização da Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da BELOTUR. Como tal, somente a BELOTUR, ou a quem ela expressa e formalmente indicar, poderá responder pelas atividades que integram a Programação Oficial do referido evento.
- 10.2** A BELOTUR é detentora dos direitos relativos ao projeto “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”.
- 10.3** O PATROCINADOR deverá observar, seguir e fazer cumprir, se necessário, à época da execução das ações decorrentes das contrapartidas, no que couber, todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte no que tange aos protocolos sanitários vigentes à época do evento.
- 10.4** Os servidores descritos abaixo serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto descrito no item 1 deste Contrato e seus anexos, atentando pela qualidade e quantidade (no que couber), objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos:
- Gestora:** Marina Pacheco Simião - Matrícula: [REDACTED] **Cargo:** Diretora de Marketing e Promoção Turística;
- Fiscal:** Dayanne Faria do Couto - Matrícula: [REDACTED] **Cargo:** Gerente de Marketing Turístico.
- 10.5** A divulgação de informações referentes a este procedimento e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados no portal da BELOTUR – prefeitura.gov.br/belotur e no Diário Oficial do Município – DOM.

10.6 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2023.

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A – BELOTUR

[Redacted Signature]

**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS –
FECOMÉRCIO/MG**

Nadim Elias Donato Filho

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SESC-MG,

Alberto Moreira Vieira,

[Redacted Signature]

NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC MINAS,

Joaquim Antônio Gonçalves

Testemunhas:

1) 2)

DANIEL
PENNA ORSINI

Assinado de forma digital
por DANIEL PENNA ORSINI
Dados: 2023.12.29 14:59:42
+03'00'

[Redacted Signature]

ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: DRMT - Diretoria de Marketing e Promoção Turística

RESPONSÁVEL: Dayanne Faria do Couto – Matrícula: 1120-9

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: Constitui objeto deste instrumento o processo seletivo para captação de recursos financeiros, por meio de COTAS DE PATROCÍNIO de pessoas jurídicas de direito público e/ou privado para viabilização da organização, estruturação e ações de marketing e promoção para o “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, que acontecerá entre os dias 27 de janeiro a 18 de fevereiro.

1.1 O patrocínio será enquadrado de acordo com a cota indicada e dará direito, exclusivamente, às contrapartidas respectivas de cada cota. As contrapartidas das cotas de PATROCÍNIO se darão por meio da ativação de marcas sob as respectivas chancelas, e por meio da produção de conteúdo, publicidade e ações de merchandising nas localidades dos eventos oficiais do Carnaval de Belo Horizonte 2024.

1.2 O carnaval de Belo Horizonte é composto por várias macro ações, as quais listamos abaixo, a título exemplificativo:

a) Lançamento do Evento “Carnaval de Belo Horizonte 2024”: o evento tem um dia de duração e público aproximado de 1.000 pessoas, onde também é realizada a eleição da Corte Real Momesca de Belo Horizonte, embaixadores da festa na cidade.

b) Desfiles de Passarela (Escolas de Samba e Blocos Caricatos): o Decreto Municipal nº. 3.676/1980 oficializou o Carnaval de Belo Horizonte. O primeiro desfile foi realizado na Avenida Afonso Pena, local usado até 1990, quando a Prefeitura passou a promover somente bailes populares de Carnaval. De lá para cá, os desfiles do Carnaval de Passarela de Belo Horizonte já foram realizados na Avenida do Contorno; Via 240, no Bairro Novo Aarão Reis e na Avenida dos Andradas. Em 2014, os desfiles das Escolas de Samba e Blocos Caricatos retornaram para a Avenida Afonso Pena, local onde vêm sendo realizados até hoje. O Desfile dos Blocos Caricatos e Escolas de Samba acontecem, respectivamente, na segunda e terça-feira de carnaval, na Avenida Afonso Pena, uma das mais emblemáticas da cidade, no centro da capital, com público de aproximadamente 7 mil pessoas/dia. O evento conta com camarotes e áreas reservadas para parceiros. Na última edição tivemos 08 Blocos Caricatos e 10 Escolas de Samba se apresentando na avenida.

c) Desfiles de Blocos de Rua: Acontecem de maneira espontânea e popular pelos coletivos da cidade, valorizando as tradições carnavalescas e artísticas. Em 2023 tivemos o cadastro de 493 blocos e 540 desfiles, acontecendo de forma gratuita respeitando todas as diversidades, de modo a buscar uma ocupação democrática do espaço público, com ampla participação popular. Os desfiles acontecem nas nove regionais da cidade, por meio de cadastro prévio na Belotur, e demandam uma organização e planejamento relacionado aos respectivos trajetos atrelados aos fechamentos das vias, logística de instalações de banheiros químicos e gradis de proteção de patrimônio, canteiros e jardins.

d) Kandandu: Realizado na sexta-feira e no sábado de Carnaval, o “KANDANDU”, reconhecido em 2018 pelo Ministério dos Direitos Humanos como uma das maiores ações de promoção de igualdade racial do país, o evento

reúne Blocos Afros declaradamente de matriz cultural afro-brasileira para apresentações artísticas juntamente com a abertura oficial do Carnaval na cidade.

e) Credenciamento Ambulantes: ação que envolve cadastro e credenciamento daqueles que tenham interesse em exercer a “Atividade De Comércio Eventual” Temporária junto aos desfiles de Blocos De Rua Do Carnaval De Belo Horizonte, que anualmente é realizado por meio de um Chamamento Público. Em 2023, foram cadastrados mais de 16.000 interessados.

1.3 Para viabilizar a realização do “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, estarão disponíveis 05 (cinco) chancelas de patrocínio, totalizando 15 (quinze) COTAS, conforme estipulado a seguir:

a) APRESENTA: 1 cota disponível, no valor mínimo de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo possível a ativação de até 2 marcas.

b) PATROCÍNIO MASTER: 2 cotas disponíveis, no valor mínimo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) cada;

c) PATROCÍNIO: 4 cotas disponíveis, no valor mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) cada;

d) APOIO: 4 cotas disponíveis, no valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada.

e) COLABORAÇÃO: 4 cotas disponíveis, no valor mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) cada.

1.3.1 As cotas poderão ser adquiridas diretamente pela empresa interessada em ativar sua marca, ou por meio de agente captador.

1.3.1.1 Para a captação de marcas e empresas interessadas em patrocinar o Carnaval de Belo Horizonte fará jus à uma taxa de remuneração equivalente a 10% (dez por cento) sob o montante total captado.

1.3.2 Caso haja mais propostas do que cotas disponíveis em cada chancela, será adotado como critério de classificação o de MAIOR VALOR APORTADO para a BELOTUR, obtido por meio do seguinte cálculo:

Valor Ofertado para a COTA – Taxa de Remuneração de Captação (10%) = VALOR APORTADO PARA BELOTUR

1.3.2.1 Ocorrendo a situação de empate, os critérios de desempate a serem adotados são os enumerados pelo art. 55 da Lei Federal nº 13.303/2016.

1.3.2.2 O sorteio, caso necessário, será realizado durante a sessão pública.

1.3.3 É permitido ao patrocinador, caso seja do seu interesse, a aquisição de mais de uma cota, mantendo as contrapartidas especificadas neste edital;

1.3.4 Caso haja interesse de marcas concorrentes na aquisição de cotas distintas, prevalecerá a marca interessada na maior cota, de forma a não haver concorrência direta entre os patrocinadores.

1.3.5 O patrocinador que adquirir a cota de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) sob a chancela APRESENTA, deverá apresentar no ato da sessão, as 2 (duas) marcas que deseja ativar para ter prioridade na ativação frente a outros concorrentes. Caso a sinalização das demais marcas seja feita em momento posterior à sessão, a aprovação dependerá dos demais patrocinadores ativados pelo edital, de forma a não haver concorrência direta entre as marcas, perdendo, desse modo, seu direito de preferência.

1.3.6 Para fins de esclarecimento, considera-se neste edital, que concorrente direto é aquele que vende a mesma linha de produtos para um mesmo público alvo, com uma mesma faixa de preço, em um mesmo ponto de venda.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADO ESPERADO:

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

O Carnaval de Belo Horizonte se consolidou como uma das melhores festas do país, atraindo turistas do Brasil e do mundo, além de alcançar uma significativa retenção de moradores da cidade. Na última edição da festa, realizada em 2023, cerca de 5,25 milhões de pessoas circularam pelas ruas da cidade, espalhadas em mais de 400 atrações, entre blocos de rua, palcos oficiais, festas e desfiles.

Sua organização espontânea e prioritariamente de rua, é um de seus principais atrativos, bem como a sua essência democrática e plural. Além dos famosos blocos de rua, a festa da capital mineira conta ainda com palcos, desfiles das escolas de Samba e Blocos Caricatos, além da abertura oficial e a eleição da Corte Momesca.

Considerando ainda o potencial que a festa representa, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Belotur - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte, cientes do potencial econômico e turístico, bem como da importância cultural e simbólica da festa, têm o desejo de abrilhantar ainda mais esta mobilização do povo belo-horizontino, além de alcançar uma maior visibilidade para cidade, fomentando a indústria criativa e cultural, movimentando a cadeia produtiva do turismo, gerando empregos e arrecadação para o Município.

Sendo assim, diante do anseio de realizar o Carnaval de Belo Horizonte 2024, a Belotur, por meio do presente edital, pretende promover um processo de seleção de pessoas jurídicas interessadas em corroborar com os objetivos e realização deste evento, atraindo investimentos fundamentais para sua viabilização.

As pessoas jurídicas, que desejarem participar do processo seletivo, deverão adquirir cota de patrocínio com vistas a incrementar o evento do carnaval, viabilizando investimentos que irão culminar em maior conforto e segurança para a população durante toda a programação que compõe o evento.

Desta maneira, além do incentivo financeiro que a empresa vencedora poderá utilizar, os parceiros envolvidos terão retorno com expressiva visibilidade e a associação da(s) marca(s) a um evento de grandes proporções, fundamental para o desenvolvimento econômico, social, turístico e cultural da cidade.

2.2 RESULTADOS ESPERADOS

Estabelecer parceria que propicie o investimento financeiro necessário para a realização das ações e eventos do Carnaval de Belo Horizonte 2024, já realizados e implementados pela Prefeitura de Belo Horizonte, bem como a

viabilização de novas ações que sejam de interesse comum. Além disso, pretende-se oferecer, aos foliões, cada vez mais, uma infra-estrutura com qualidade, sustentável e acessível proporcionando conforto e segurança que estimule a participação dos cidadãos nesta grande festa, o que, conseqüentemente, gerará benefícios socioeconômicos tanto para Administração Pública quanto para as empresas parceiras.

3. VALOR DE REFERÊNCIA

3.1 O patrocínio se dará por meio de 5 (cinco) chancelas distintas, totalizando 15 cotas, com aporte financeiro mínimo **R\$ 500.000,00 para a cota COLABORAÇÃO; R\$ 1.000.000,00 para a cota APOIO; R\$ 2.000.000,00 para a cota PATROCÍNIO, R\$ 4.000.000,00 para a cota PATROCÍNIO MASTER E R\$8.000.000,00 para a cota APRESENTA.**

4. DAS CONTRAPARTIDAS

4.1 As contrapartidas do patrocínio se darão por meio de:

4.1.1 Exploração de publicidade/merchandising, em espaços públicos do Município, nas localidades dos eventos oficiais do Carnaval de Belo Horizonte 2024 nas ações de comunicação, divulgação e sinalização do evento, sob as respectivas chancelas conforme cota adquirida;

4.1.2 Direito de uso da marca do Carnaval de Belo Horizonte 2024 para desenvolvimento de ações de comunicação institucional, criação de produtos, brindes e assessoria de imprensa. Todas as aplicações e uso da marca devem ter prévia aprovação da Belotur e PBH;

4.1.3 Outras ações de merchandising, divulgação e publicidade, conforme detalhamento abaixo, e de acordo com a COTA adquirida na respectiva chancela:

A) COTA APRESENTA

I- CONTRAPARTIDAS PRINCIPAIS:

- A MARCA que for ativada na chancela “Apresenta”, terá exclusividade comercial, ante à outras empresas concorrentes do mesmo segmento;
 - Na hipótese de um grupo empresarial multimarcas adquirir a cota Apresenta, a exclusividade poderá ser expandida, caso seja de interesse do mesmo, para mais marcas do mesmo segmento comercial específico pertencentes ao Grupo, ou seja, segmentos em que os produtos tenham características similares.
- Predominância da cor da marca do parceiro na identidade visual do Carnaval de 2024 - somente a marca ativada na chancela “Apresenta”;
- Possibilidade de ativação de 1 marca extra em chancelas a definir junto à Belotur, desde que sejam diferentes das chancelas disponíveis neste edital;
 - No caso de ativação de uma marca extra, as contrapartidas disponíveis neste tópico para a COTA APRESENTA deverão ser distribuídas à escolha do patrocinador entre as duas

marcas ativadas. Ou seja, estão disponíveis para as 2 marcas, a totalidade de contrapartidas descritas neste tópico.

- Acesso às pesquisas realizadas pela Belotur;
- Possibilidade de aplicação de pesquisas com público de interesse do patrocinador;

II- SUA MARCA NA RUA:

- 1 Espaço Instagramável;
- 15 cubos de comunicação com 4 faces de 3x2 m, cada face.
- 380 galhardetes (2x1 m²);
- 10 espaços ou área até 200m² para ações promocionais a definir junto à Belotur (Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- 15 espaços ou áreas de até 120 m² para abastecimento ou relacionamento (os locais deverão ser acordados previamente junto à Belotur e PBH. Os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador).
- 1 face do Blimp na área de desfile das escolas de samba e 2 faces no palco oficial.
- Possibilidade de realização de ação promocional volante durante todo período do Carnaval, compreendido entre 27 de janeiro a 18 de fevereiro. A ação deverá ser acordada previamente junto à Belotur e PBH. Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador.

III- SUA MARCA NOS EVENTOS:

LANÇAMENTO DO CARNAVAL DE 2024 - ELEIÇÃO DA CORTE MOMESCA:

- Possibilidade de realização de ações promocionais a definir junto à Belotur (Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- Possibilidade de apresentar algum artista;
- Marca na chancelaria.

CREDENCIAMENTO DE AMBULANTES

- Colorcode na Id Visual do Evento, para a marca que for ativada na chancela "Apresenta";
- Venda de produtos das 2 marcas ativadas;
- Possibilidade de realização de ações promocionais como distribuição de material promocional, distribuição de brindes e realização de sampling, entre outros.
- Possibilidade de reprodução de vídeo promocional de até 1' no telão do evento de credenciamento de ambulantes;
- Marca na chancelaria.

DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA

- Colorcode na Id Visual do Evento, para a marca que for ativada na chancela "Apresenta";
- Ativação do Patrocinador em área reservada (os custos logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador);

- Marca na chancelaria.

KANDANDU

- Possibilidade de realização de ações promocionais desde que não impacte o bom andamento do evento. As ações deverão ser acordadas previamente junto à Belotur e todos os custos de logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador;
- Vídeo promocional da marca no telão do palco;
- Marca na chancelaria.

IV- COMUNICAÇÃO

- Composição na mesa da coletiva de imprensa;
- Citação nos releases e entrevistas;
- Naming rights - Mapa digital do Carnaval para uma marca ativada na chancela “Apresenta”;
- Aplicação de Marcas no hotsite do Carnaval;
- Conteúdo especial em 2 reels + 3 posts especiais em carrossel de fotos + grid de marcas em todos os posts do perfil do Carnaval com assinatura;
- Marca no vídeo final do Carnaval;
- Chancela em todos os materiais gráficos que serão produzidos;

B) COTA PATROCÍNIO MASTER

I- CONTRAPARTIDAS PRINCIPAIS:

- Acesso às pesquisas realizadas pela Belotur;
- Possibilidade de aplicação de pesquisas com público de interesse do patrocinador.

II - SUA MARCA NA RUA:

- 4 cubos de comunicação com 4 faces de 3x2 m, cada face.
- 130 galhardetes (2x1 m²);
- 5 espaços ou área até 120m² para ações promocionais a definir junto à Belotur (Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- 12 espaços ou áreas de até 100 m² para abastecimento ou relacionamento (Os locais deverão ser acordados previamente junto à Belotur e PBH. Os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador).
- 1 face do blimp na área de desfile das escolas de samba e 1 face no palco oficial.
- Possibilidade de realização de ação promocional volante durante 15 dias de evento. A ação deverá ser acordada previamente junto à Belotur e PBH. Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador.

III- SUA MARCA NOS EVENTOS:

LANÇAMENTO DO CARNAVAL DE 2024 - ELEIÇÃO DA CORTE MOMESCA:

- Possibilidade de realização de ações promocionais a definir junto à Belotur (todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- Possibilidade de apresentar algum artista;
- Marca na chancelaria.

CREDENCIAMENTO DE AMBULANTES

- Possibilidade de realização de ações promocionais como distribuição de material promocional, distribuição de brindes e realização de sampling, entre outros.
- Possibilidade de reprodução de vídeo promocional de até 1' no telão do evento de credenciamento de ambulantes;
- Marca na chancelaria.

DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA

- Possibilidades de ação promocional nas arquibancadas;
- Marca na chancelaria.

KANDANDU

- Vídeo promocional da marca no telão do palco;
- Marca na chancelaria.

IV- COMUNICAÇÃO

- Composição na mesa da coletiva de imprensa;
- Citação nos releases e entrevistas;
- Aplicação de Marcas no hotsite do Carnaval;
- Conteúdo especial em 1 reel + 2 posts especiais em carrossel de fotos + grid de marcas em todos os posts do perfil do Carnaval com assinatura;
- Marca no vídeo final do Carnaval;
- Chancela em todos os materiais gráficos que serão produzidos;

C) COTA PATROCÍNIO

I- CONTRAPARTIDAS PRINCIPAIS:

- Acesso às pesquisas realizadas pela Belotur;

II - SUA MARCA NA RUA:

- 2 cubos de comunicação com 2 faces de 3x2 m, cada face.
- 60 galhardetes (2x1 m²);
- 3 espaços ou área até 100m² para ações promocionais a definir junto à Belotur (Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);

- 8 espaços ou áreas de até 80m² para abastecimento ou relacionamento (os locais deverão ser acordados previamente junto à Belotur e PBH. Os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador).
- 1 face do Blimp no palco;
- Possibilidade de realização de ação promocional volante durante 5 dias de evento. A ação deverá ser acordada previamente junto à Belotur e PBH. Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador.

III- SUA MARCA NOS EVENTOS:

LANÇAMENTO DO CARNAVAL DE 2024 - ELEIÇÃO DA CORTE MOMESCA:

- Possibilidade de realização de ações promocionais a definir junto à Belotur (todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- Possibilidade de apresentar algum artista;
- Marca na chancelaria.

CREDENCIAMENTO DE AMBULANTES

- Possibilidade de realização de ações promocionais como distribuição de material promocional, distribuição de brindes e realização de sampling, entre outros.
- Possibilidade de reprodução de vídeo promocional de até 1' no telão do evento de credenciamento de ambulantes;
- Marca na chancelaria.

DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA

- Possibilidades de ação promocional nas arquibancadas;
- Marca na chancelaria.

KANDANDU

- Vídeo promocional da marca no telão do palco;
- Marca na chancelaria.

IV- COMUNICAÇÃO

- Citação nos releases e entrevistas;
- Composição na mesa da coletiva de imprensa;
- Aplicação de Marcas no hotsite do Carnaval;
- 2 posts especiais em carrossel de fotos + grid de marcas em todos os posts do perfil do Carnaval com assinatura;
- Marca no vídeo final do Carnaval;
- Chancela em todos os materiais gráficos que serão produzidos;

D) COTA APOIO

I- CONTRAPARTIDAS PRINCIPAIS:

- Acesso às pesquisas realizadas pela Belotur;

II - SUA MARCA NA RUA:

- 1 cubo de comunicação com 2 faces de 3x2 m, cada face.
- 30 galhardetes (2x1 m²);
- 2 espaços ou área até 80m² para ações promocionais a definir junto à Belotur (Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- 5 espaços ou áreas de até 80 m² para abastecimento ou relacionamento (o local deverá ser acordado previamente junto à Belotur e PBH. Os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador).
- 1 face do Blimp no palco;
- Possibilidade de realização de ação promocional volante durante 3 dias de evento. A ação deverá ser acordada previamente junto à Belotur e PBH. Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador.

III- SUA MARCA NOS EVENTOS:

LANÇAMENTO DO CARNAVAL DE 2024 - ELEIÇÃO DA CORTE MOMESCA:

- Possibilidade de realização de ações promocionais a definir junto à Belotur (todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- Possibilidade de apresentar algum artista;
- Marca na chancelaria.

CREDENCIAMENTO DE AMBULANTES

- Possibilidade de realização de ações promocionais como distribuição de material promocional, distribuição de brindes e realização de sampling, entre outros.
- Possibilidade de reprodução de vídeo promocional de até 1' no telão do evento de credenciamento de ambulantes;
- Marca na chancelaria.

DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA

- Possibilidades de ação promocional nas arquibancadas;
- Marca na chancelaria.

KANDANDU

- Vídeo promocional da marca no telão do palco;
- Marca na chancelaria.

IV- COMUNICAÇÃO

- Citação nos releases e entrevistas;
- Aplicação de Marcas no hot site do Carnaval;
- 1 post especial em carrossel de fotos + grid de marcas em todos os posts do perfil do Carnaval com assinatura.
- Marca no vídeo final do Carnaval;
- Chancela em todos os materiais gráficos que serão produzidos;

D) COTA COLABORAÇÃO

I- CONTRAPARTIDAS PRINCIPAIS:

- Acesso às pesquisas realizadas pela Belotur;

II - SUA MARCA NA RUA:

- 15 galhardetes (2x1 m²);
- 1 espaço ou área até 50m² para ações promocionais a definir junto à Belotur (Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- 2 espaços ou áreas de até 50 m² para abastecimento ou relacionamento (o local deverá ser acordado previamente junto à Belotur e PBH. Os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador).
- 1 face do Blimp no palco;
- Possibilidade de realização de ação promocional volante durante 1 dia de evento. A ação deverá ser acordada previamente junto à Belotur e PBH. Todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos são de responsabilidade do patrocinador.

III- SUA MARCA NOS EVENTOS:

LANÇAMENTO DO CARNAVAL DE 2024 - ELEIÇÃO DA CORTE MOMESCA:

- Possibilidade de realização de ações promocionais a definir junto à Belotur (todos os custos de licenciamento, logística, montagem e insumos serão de responsabilidade do patrocinador);
- Possibilidade de apresentar algum artista;
- Marca na chancelaria.

CREDENCIAMENTO DE AMBULANTES

- Possibilidade de realização de ações promocionais como distribuição de material promocional, distribuição de brindes e realização de sampling, entre outros.
- Possibilidade de reprodução de vídeo promocional de até 1' no telão do evento de credenciamento de ambulantes;
- Marca na chancelaria.

DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA

- Possibilidades de ação promocional nas arquibancadas;

- Marca na chancelaria.

KANDANDU

- Vídeo promocional da marca no telão do palco;
- Marca na chancelaria.

IV- COMUNICAÇÃO

- Citação nos releases e entrevistas;
- Aplicação de marcas no hotsite do Carnaval;
- 1 post simples + grid de marcas em todos os posts do perfil do Carnaval com assinatura;
- Marca no vídeo final do Carnaval;
- Chancela em todos os materiais gráficos que serão produzidos;

4.3 Todos os custos e obrigações do licenciamento para as ações de promoção, ativação e/ou experiência em logradouro público serão de responsabilidade do patrocinador, com o suporte operacional da Belotur e outros órgão da PBH;

4.4 Em caso de interesse em trocar ou realizar outras ações de promoção, ativações para a marca, experiências e/ou decoração de rua além das previstas nas contrapartidas oferecidas, o patrocinador deverá comunicar previamente a Belotur a fim de verificar sua viabilidade operacional e prévia aprovação desta empresa pública.

4.4.1 As solicitações feitas com base no item 4.4, não poderá exceder a proporção investida pelo patrocinador e estabelecida pelo edital.

4.4.2 Todos os custos e obrigações decorrentes do item 4.4 são de inteira responsabilidade do patrocinador, ficando a Belotur responsável somente pelas contrapartidas oferecidas no ANEXO I.

4.5 É permitido ao patrocinador adquirente das cotas com chancela a realização de ações promocionais com outras marcas, entretanto as marcas não receberão nenhuma chancela ou menção na comunicação visual do evento e tampouco poderão ser concorrentes diretas dos patrocinadores das demais cotas.

4.6 Todas as ações de promoção, experiência e/ou de exploração comercial, para ativação de marca(s), poderão ocorrer somente de acordo com a legislação vigente do Município.

4.7 Os produtos ofertados e/ou comercializados deverão obedecer a legislação de regência e estar de acordo com as normas técnicas de segurança para consumo, ficando sob responsabilidade integral do patrocinador qualquer dano causado a terceiros.

4.8 Quando do compartilhamento de dados pessoais, somente serão disponibilizados aqueles com prévia autorização, pelos respectivos responsáveis, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709 - LGPD.

5. DA PROPOSTA:

5.1 A proposta deverá conter:

a) O valor ofertado e a chancela pretendida para o Carnaval de Belo Horizonte 2024, sendo que o valor mínimo em espécie a ser aceito será o valor respectivo de cada cota, conforme disposto no subitem 3.1, independentemente da taxa de remuneração pela captação;

- Em caso de uso de agente captador, deverá ser apresentada também carta de garantia do patrocínio da empresa/marca a ser ativada sob chancela.

b) Os valores deverão ser depositados em conta específica da Belotur e administrados por ela para atendimento das demais despesas exclusivas do Carnaval de Belo Horizonte.

c) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, será contado a partir da data de abertura dos envelopes de propostas.

5.2 Caso a proposta não atenda aos requisitos mínimos exigidos neste Termo de Referência, será desclassificada.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DOS CRITÉRIOS E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Poderão participar desta Seleção Pública Simplificada **PESSOAS JURÍDICAS** de direito público e/ou privado.

6.2. É permitida a participação de entidades como: federações, associações, fundações, entidades paraestatais e outros conjuntos de organizações de entidades corporativas;

6.3 É permitida a participação de empresas multinacionais do mercado de cervejarias e demais bebidas alcoólicas somente na cota “Apresenta”;

6.4 Estarão impedidos de participar da licitação os interessados que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município;
- b) tenham sido declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo;
- c) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
- d) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente.
- e) constituídas sob qualquer forma de consórcio;
- f) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

6.5 A observância das vedações do subitem 6.2 é de inteira responsabilidade da EMPRESA participante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

6.6 O critério de julgamento será o de MAIOR VALOR APORTADO em espécie, por cota.

6.6.1 Caso haja mais propostas do que cotas disponíveis em cada chancela, será adotado como critério de desempate o de MAIOR VALOR APORTADO;

6.6.2 Persistindo o empate, os critérios de desempate a serem adotados são os enumerados pelo art. 55 da Lei Federal nº 13.303/2016.

6.6.2.1 O sorteio, caso necessário, será realizado durante a sessão pública.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Constituem obrigações da BELOTUR:

- 7.1.1** Observar e fazer cumprir o que se estabelece neste Termo de Referência dentro do prazo pactuado;
- 7.1.2** Proceder com o cumprimento das contrapartidas definidas neste instrumento;
- 7.1.3** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato decorrente deste Termo de Referência;
- 7.1.4** Tomar as providências administrativas cabíveis, no caso da(s) empresa(s) selecionada(s) não cumprir(em) as exigências previstas neste Termo de Referência.

7.2 Constituem obrigações das EMPRESAS PARCEIRAS:

- 7.2.1** Cumprir com o objeto previsto neste Termo de Referência.
- 7.2.2** Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.
- 7.2.3** Alinhar e aprovar com a BELOTUR, em tempo hábil, as aplicações de marca e ações de merchandising, contidas no item 4 do Termo de Referência;
- 7.2.4** Submeter à aprovação da Belotur, previamente à realização das contrapartidas, todas as ações pretendidas dentre as previstas no item 4, considerando os preceitos legais;
- 7.2.5** Inserir, em todas as peças publicitárias e/ou de merchandising do projeto, a marca oficial do “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, bem como as marcas oficiais da Belotur e da Prefeitura de Belo Horizonte, mediante aprovação prévia da Belotur e da PBH.
- 7.2.6** Todas as contrapartidas propostas deverão seguir os preceitos legais, e, serem submetidas, previamente, para aprovação pela Belotur.
- 7.2.7** Providenciar seguro de responsabilidade civil que cubra danos pessoais e/ou materiais que envolvam as estruturas e/ou os elementos que irão compor as ações de promoção e/ou experiência do(s) projeto(s) de ativação das marcas do “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024” independente de culpa; desde o início da montagem até a completa remoção dos elementos
- 7.2.8** Submeter à autoridade municipal competente os pedidos de licenciamento para ações de promoção e/ou experiência que irão compor o projeto de ativação das marcas da respectiva chancela para o “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”, nos termos da legislação pertinente e de acordo com o previsto no item 4 - Das Contrapartidas.
- 7.2.9** Seguir as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, em especial a IT 33 e IT 38, as normas de licenciamento municipal, além das demais normas que poderão estar vigentes no período de planejamento e realização do evento, tendo em vista a respectiva chancela.
- 7.2.10** Não trazer prejuízos à sociedade, por meio de ações: - que promovam qualquer tipo discriminação de gênero, raça, crença religiosa ou orientação sexual; - de cunho exclusivamente político-partidário e/ou religioso, à exceção de manifestações populares reconhecidamente tradicionais; - que estejam relacionados a atividades ilegais ou que possam colocar em risco a imagem de Belo Horizonte.

7.2.11 Efetuar transferência bancária, para conta específica da Belotur, dos recursos relativos à cota indicada na proposta, conforme disposto no item 11;

7.2.12 Utilizar os dados/informações porventura compartilhados, exclusivamente, para a finalidade que esteja atrelada ao planejamento e operação do evento Carnaval de Belo Horizonte 2024”, devendo o conteúdo ser previamente aprovado pela Belotur.

7.2.13 Descartar os dados/informações compartilhados e não utilizá-los, em nenhuma hipótese, após o término da vigência do contrato.

7.2.14 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na vigência do contrato, facultando-se à BELOTUR o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.

7.2.15 Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional da contratante.

7.2.16 Não utilizar, em qualquer das atividades relacionadas à consecução do objetivo deste contrato, trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.

7.2.17 Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013, de 01 de agosto de 2013, “Lei Anticorrupção”; e Decreto Municipal 16.954/2018, de 02 de agosto de 2018, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na Prefeitura de Belo Horizonte.

8. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 Os servidores descritos abaixo serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto descrito no item 1 deste Termo de Referência e seus anexos, atentando pela qualidade e quantidade (no que couber), objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Gestora: Marina Pacheco Simião

Matrícula: [REDACTED]

Cargo: Diretora de Marketing e Promoção Turística.

Fiscal: Dayanne Faria do Couto

Matrícula: [REDACTED]

Cargo: Gerente de Marketing Turístico – DRMT.

9. FORMAS DE APURAÇÃO E CONTROLE

9.1 Os fiscais do contrato ou servidor(es) por eles designados, acompanharão:

- O cumprimento das obrigações das empresas patrocinadoras, de acordo com a COTA definida;
- As ativações a serem realizadas pelas empresas patrocinadoras.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

10.1 O contrato vigorará por 06 (seis) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

11. DO PAGAMENTO:

11.1 O PAGAMENTO EM ESPÉCIE DA(S) COTA(S) adquirida(s) deverá ser efetuado pela empresa selecionada no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após a assinatura do contrato, conforme condições nele estabelecidas.

11.2 O pagamento deverá ser efetuado por meio de transferência bancária, emitida por processamento eletrônico, a crédito da Belotur em instituição bancária definida por ela e será aplicado na promoção, organização, realização e execução do projeto “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024” e demais ações correlatas no âmbito da Belotur.

11.3 O repasse da taxa de remuneração pela captação deverá ser realizado diretamente pela empresa PATROCINADORA para a agente captador e será descontado do valor líquido a ser depositado para a BELOTUR.

12. DAS SANÇÕES:

12.1 A inexecução total ou parcial do objeto descrito no presente termo caracterizará a inadimplência da EMPRESA SELECIONADA e a sujeitará à aplicação das penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa, contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Belotur, da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Municipais nº 18.096/22 e 16.954/2018, aplicável subsidiariamente:

- a) Advertência;
- b) Multa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor pecuniário ofertado;
- c) Suspensão temporária da participação em processos seletivos simplificados e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Belotur.

12.2 A Empresa Selecionada, que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar ou participar de processos seletivos simplificados e contratar com o Município.

12.3 Com referência à sanção de que trata a alínea “B” do item 12.1, decorrido o prazo de defesa sem que a Empresa Selecionada se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, ela será notificada a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

12.3.1. Uma vez recolhida a multa de que trata o item 12.1, letra “B”, e na hipótese de vir a Empresa Selecionada a lograr êxito em recurso que apresentar, a BELOTUR, ora contratante devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024” é um projeto de realização da Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Belotur. Como tal, somente a Belotur, ou a quem ela expressa e formalmente indicar, poderá responder pelas atividades que integram a Programação Oficial do referido evento.

13.2 A Belotur é detentora dos direitos relativos ao projeto “CARNAVAL DE BELO HORIZONTE 2024”.

13.3 As empresas participantes deste processo seletivo devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste instrumento, das condições gerais e específicas do objeto pretendido, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato de Patrocínio, decorrente deste Termo de Referência.

13.4 No caso da proposta ser apresentada por agente captador, deverá estar acompanhada de CARTA DO PATROCINADOR COM GARANTIA DE PAGAMENTO relativo ao valor total da COTA.

13.5 No caso de o PATROCÍNIO ser intermediado por agente captador, o contrato a ser firmado será entre BELOTUR e agente captador.

13.6 A responsabilidade do repasse da taxa de remuneração pela captação ao agente captador é de inteira responsabilidade do PATROCINADOR.

13.7 Os casos omissos ou excepcionais não previstos neste Termo de Referência/Edital serão analisados e solucionados pela Belotur.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar> [REDACTED] ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

[REDACTED]

[REDACTED]

Hash do Documento

[REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/01/2024 é(são) :

☒ Alberto Moreira Vieira (Diretor Regional) - [REDACTED]

03/01/2024 17:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

[REDACTED]

CASA DO TURISMO DE BELO HORIZONTE

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO

QUADRO RESUMO

I) Razão Social: FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

II) Dados

Endereço: RUA CURITIBA, 561, CENTRO - BHTE/MG

CEP:30170-020

CNPJ/MF: 17.271.982/0001-59

Inscrição Estadual: ISENTA

Representada por: NADIM ELIAS DONATO FILHO

Categoria de Associado: Instituições de Apoio e Fomento Empresarial e Turístico

III – VALOR ANUAL: R\$100.000,00 (cem mil reais), que poderá ser repassado em parcela única ou em 12 (doze) parcelas iguais.

O montante refere-se à soma da taxa de adesão e do valor correspondente à cota anual de associação/contribuição.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **EMPRESA** qualificada no quadro resumo acima, por seu(s) representante(s) legal (is), vem manifestar o seu propósito de aderir e participar, nas condições de **MANTENEDORA, da CASA DE TURISMO DE BELO HORIZONTE**, entidade sem fins lucrativos, instituída através de Assembleia realizada no dia 16 de fevereiro de 2023 e registrada pelo de Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte comprometendo-se, por prazo indeterminado, a:

- a) envidar todos os esforços ao seu alcance para que sejam plenamente cumpridos os objetivos estatutários da nova instituição;
- b) contribuir com a cota de dotação patrimonial, no valor especificado no item II do quadro resumo acima, a ser paga no ato de assinatura do presente termo;
- c) contribuir com a cota mensal de manutenção, no valor declarado no item III, do quadro resumo, a ser pago, em moeda corrente, até o dia 10 (dez) do mês de competência a que se referir.

A assinatura do presente Termo de Adesão anula e revoga adesões anteriores, consistindo no único documento hábil para produzir efeitos.

Declarando conhecer e aceitar todas as cláusulas do Estatuto da Fundação, firma o presente em duas vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 01 de janeiro de 2025.

**NADIM ELIAS DONATO
FILHO:**

**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS -
FECOMÉRCIO MG**

**FERNANDO
AUGUSTO
SILVEIRA
TRINDADE:**

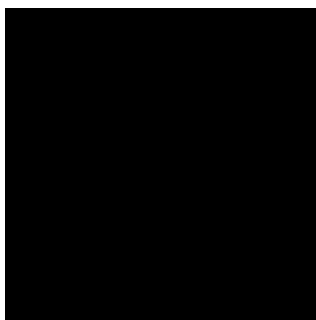
**ERICA CAMPOS
DRUMOND:**

CASA DO TURISMO DE BELO HORIZONTE

Testemunhas: _____

Protocolo de assinaturas

Este protocolo de assinatura foi gerado para o arquivo **Termo de Adesão - Fecomércio atual.pdf** no dia 06/02/2025 - 16:26 (GMT -03:00), Horário Padrão de Brasília.

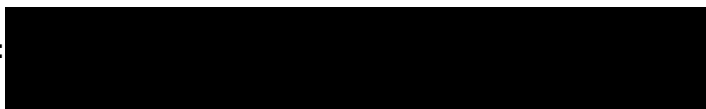


O arquivo foi assinado eletronicamente através do Fusion Platform e sua autenticidade pode ser verificada por meio do **QR Code** ou no **link abaixo**:



Caso necessário, acesse o site <https://fusion.fecomerciomg.org.br/fusion/link/electronic-sign/validate> e informe o **código abaixo** para verificar a autenticidade das assinaturas:

Código do arquivo:



Assinaturas eletrônicas



Fernando Augusto Silveira Trindade

fernandotrindade@fecomerciomg.org.br

06/02/2025 - 16:26



TERMO DE POSSE

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGICO DE BELO
HORIZONTE – CODESE-BH
Mandato 2025–2026**

Aos 04 dias do mês de setembro de 2025, no Salão de Festas do Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte/MG, em cerimônia pública especialmente convocada para este fim, tomam posse os representantes das entidades eleitas para compor o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal do CODESE-BH, para o mandato compreendido entre janeiro de 2025 a dezembro de 2026.

Os conselheiros ora empossados declaram ciência e concordância com os princípios, objetivos e regras de governança do Codese-BH, assumindo o compromisso de:

- Contribuir ativamente com a missão do Conselho de propor, acompanhar e fomentar ações voltadas ao desenvolvimento econômico, sustentável e estratégico de Belo Horizonte;
- Atuar com ética, transparência, apartidarismo e espírito colaborativo, respeitando o interesse público e os valores do planejamento de longo prazo;
- Participar das reuniões, deliberações e grupos de trabalho técnicos, cumprindo suas atribuições estatutárias e regimentais;
- Representar, quando for o caso, sua entidade de forma diligente, promovendo o engajamento institucional e a construção de consensos em prol da cidade.

Para constar, firmam o presente Termo de Posse, os conselheiros abaixo indicados:

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

1. Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ABEMG

Nome do Conselheiro(a): **Bernardo Lara de Oliveira Penido** (Representando o Presidente **Luiz Henrique Andrade**)

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Athaide Vieira dos Santos**

Assinatura: _____

2. Entidade: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MINAS – ACMINAS

Nome do Conselheiro(a): **Cledorvino Belini**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Marcos Bráfman** (Presidência do Conselho Deliberativo do Codese-BH)

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **José Epiphânio Camillo dos Santos**

Assinatura: _____

**Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG**

3. Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE – ACH-BH

Nome do Conselheiro(a): **Jacqueline Bacha**

Assinatura: _____

**4. Entidade: ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO URBANO DE MINAS GERAIS –
AELO/MG**

Nome do Conselheiro(a): **Flavio Guerra**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Gustavo Amorim**

Assinatura: _____

5. Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA DE MINAS GERAIS – ASBEA/MG

Nome do Conselheiro(a): **Gisele Borges**

Assinatura: _____

6. Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BURITIS – ABB

Nome do Conselheiro(a): **Flavio Grossi**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Romulo Belfort**

Assinatura: _____

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

7. Entidade: ASSEPRO/MG – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): Edna Meneses

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): Fernando Santos

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): Alexandre Lima

Assinatura: _____

8. Entidade: CDL/BH – CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE

Nome do Conselheiro(a): Marcelo Souza e Silva

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): Marcos Innecco Correa (Vice-presidência do Codese-BH)

Assinatura: _____

9. Entidade: CMI/SECOVI-MG – CÂMARA DO MERCADO IMOBILIÁRIO E SINDICATO DE HABITAÇÃO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): Cássia Ximenes (Presidência do Codese-BH)

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): Adriano Nascimento Manetta (Presidência do Conselho Fiscal)

Assinatura: _____

**Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG**

10. Entidade: CAU/MG – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Guilherme Alves** (Representando a Presidente **Cecilia Fraga**)

Assinatura: _____

11. Entidade: CREA/MG – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Marcos Venícius Torres Gervásio**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Edilio Veloso Ramos**

Assinatura: _____

12. Entidade: FECOMÉRCIO/MG – FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Lucio Faria** (Representando o Presidente **Nadim Donato**)

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Jorge Rolla** (Vice-presidência do Conselho Deliberativo do Codese-BH)

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Alexandre França**

Assinatura: _____

**Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG**

13. Entidade: FIEMG – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Daniel Magalhães Junqueira** (Presidente em exercício, representando **Flávio Roscoe**)

Assinatura: _____

14. Entidade: MINAS TENIS CLUBE

Nome do Conselheiro(a): **Carlos Henrique Martins Teixeira**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Fernando Furtado**

Assinatura: _____

15. Entidade: SEBRAE/MG – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Marcelo Souza e Silva**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Antonio Augusto Vianna de Freitas**

Assinatura: _____

16. Entidade: SERT/MG – SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Mayrinck Pinto de Aguiar Júnior**

Assinatura: _____

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

Nome do Conselheiro(a): **Bruno Carneiro**

Assinatura: _____

17. Entidade: SETCEMG - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA E LOGÍSTICA DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Antonio Luiz**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Esterlino Luciano Campos Medrado** (Vice-presidência do Conselho Fiscal)

Assinatura: _____

18. Entidade: SICEPOT/MG - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Alexandre Ferreira** (Representando o Presidente **Bruno Baeta Ligório**)

Assinatura: _____

19. Entidade: SINDLOJAS-BH - SINDICATO DO COMÉRCIO LOJISTA DE BELO HORIZONTE

Nome do Conselheiro(a): **Marcelo de Oliveira Nunes da Silveira**

Assinatura: _____

20. Entidade: SINDUSCON/MG - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome do Conselheiro(a): **Raphael Rocha Lafeta**

Assinatura: _____

Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Belo Horizonte/MG

Nome do Conselheiro(a): **Bruno Vinícius Magalhães**

Assinatura: _____

21. Entidade: SME/MG – SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS

Nome do Conselheiro(a): **Virginia Campos**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Teodomiro Diniz Camargos**

Assinatura: _____

Nome do Conselheiro(a): **Wilson Leal**

Assinatura: _____

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2025.

Elvis Gaia
Diretor Executivo do CODESE-BH

ANEXO II: Carta de Credenciamento

DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:

[] 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;

[] 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de proteção e bem-estar animal;

[] 1 (um) representante de associações de moradores com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;

[] 1 (um) representante de entidade patronal da indústria com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;

[X] 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;

[] 1 (um) representante de entidade representativa de categorias de profissionais liberais com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;

[] 1 (um) representante de universidade ou de unidade de ensino superior, pública ou particular.

Nome da entidade: FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMOS DE MINAS GERAIS – FECOMÉRCIO/MG

CNPJ: 17.271.982/0001-59

Sede: Rua Curitiba, nº 561, 11º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.170-120

Representante legal: Nadim Elias Donato Filho - Presidente

Contato (telefone e e-mail): 31 3270-3300 e e-mail: nadim@fecomerciomg.org.br

DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:

Nome: Shirley Neri de Aguiar Oliveira

Profissão: Advogada

Qualificação: Advogada

Vínculo com a entidade: celetista

Registro Civil: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Estado Civil: Casada

Naturalidade: Belo Horizonte

Endereço: [REDACTED]
[REDACTED]

Contato (telefone e e-mail): [REDACTED]

E-mail: shirleyaguiar@fecomercio.mg.org.br

Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante* acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2025.

[REDACTED]
Nadim Elias Donato Filho

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS – FECOMÉRCIO MG

[REDACTED]
Shirley Neri de Aguiar Oliveira
Advogada da FECOMÉRCIO MG
(Assinatura do Candidato)

* Em consonância com a adesão do Município à plataforma “Cidade 50-50: todos e todas pela igualdade”, da Organização das Nações Unidas – ONU, e com o comprometimento com políticas públicas que promovam a igualdade e a defesa dos direitos humanos, estimula-se que as representações observem a paridade de gênero, bem como a inclusão de representantes de minorias sociais historicamente sub-representadas, de forma a refletir a diversidade da sociedade e assegurar maior pluralidade nas deliberações.

ANEXO III:

Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da entidade com o poder público municipal, estadual ou federal

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins:

Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2025.



Shirley Neri de Aguiar Oliveira
Advogada

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – FECOMÉRCIO MG



Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 3551N
PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 117

Escritura pública de Ata Notarial a pedido Formal de **Lucas Eduardo de Oliveira**.

Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e vinte e dois (2022), aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Gilmar de Almeida Silva, Escrevente Autorizado, Endereço Eletrônico: gilmar@cartoriojaguarao.com.br, compareceu como Solicitante Outorgante: **Lucas Eduardo de Oliveira**, brasileiro, filho de Francisco Affonso de Oliveira e Maria Luzia Sonnazzaro de Oliveira, casado, advogado, carteira de identidade nº. [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº. [REDACTED] que declara que seu endereço eletrônico é: lucasoliveira@fecomerciomg.org.br, residente e domiciliado na [REDACTED] em Belo Horizonte, Minas Gerais, o presente reconhecido e identificado como o próprio por mim e de cuja capacidade jurídica dou fé e me solicitou que lavrasse esta Ata Notarial de Constatação de ATA DE POSSE DA DIRETORIA ELEITA. Para isso, um funcionário desta Serventia compareceu em 11 de Agosto de 2022, às 16 horas, na Rua Curitiba, nº 561, 12º andar, bairro Centro em Belo Horizonte, Minas Gerais. Chegando ao local fui recepcionado pelo Dr. Lucas Eduardo de Oliveira que

me relatou sobre o resultado da Assembleia Geral Extraordinária para coleta de votos (eleição), realizada em 27/05/2022, atendendo ao disposto nos artigos 42 e 43 do Estatuto desta Entidade. E que nesta data 11 de agosto de 2022 às 16:00 (dezesseis horas) pude relatar naquele ato, na sede social da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais, situada à Rua Curitiba, 561, 12º andar, centro, nesta cidade de Belo Horizonte, MG, que: *"Os novos membros eleitos para ocuparem e exercerem os cargos da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes da FECOMÉRCIO MG, foram empossados, prestando por escrito esolenemente o compromisso de respeitarem o exercício do mandato para o qual foram eleitos, a Constituição Federal, as Leis vigentes, e o Estatuto Social da FECOMERCIO MG, relativos ao período quadrienal compreendido entre 11 de agosto de 2022 a 11 de agosto de 2026. Em seguida, assinaram o respectivo TERMO DE POSSE, exceto aqueles que não compareceram ao ato e foram declarados ausentes como se anota diante do respectivo nome, quais sejam: DIRETORIA EFETIVA: Presidente: NADIM ELIAS DONATO FILHO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Demais Comércio e Presentes LTDA, CNPJ: 28.759.857/0001-09; Vice-presidentes: 1º EMERSON BELOTI DE SOUZA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: José Beloti de Souza e Cia LTDA, CNPJ: 17.151.580/0005-44; 2º JOSÉ MARIA FACUNDES, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Rhinara Decorações LTDA - ME, CNPJ: 02.467.704/0001-02; 3º LÚCIO EMILIO DE FARIA JÚNIOR, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Fama Aviamentos LTDA, CNPJ: 20.796.587/0001-02; 4º IESSER ANIS LAUAR, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Prime Informática LTDA, CNPJ: 00.492.202/0001-06; 5º JÚLIO GOMES FERREIRA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Casa & Tinta Comercial LTDA, CNPJ: 20. 841.771/0001-19; 6º VALÉRIA CLARA DE OLIVEIRA CARMO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Carmo e Oliveira Comercial LTDA, CNPJ: 64.450. 125/0001-04; 7º AURELIANO ZANON ALVES, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Marel Armarinhos e Confeções LTDA, CNPJ: 19. 361.476/0001-86; 8º CASSIA AMORIM XIMENES QUEIROGA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Silvio Ximenes Imóveis LTDA, CNPJ: 16.669.418/0001- 26; 9º ALEXANDRE MACHADO MAROMBA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Casa Rena S.A.,*



Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 3551N

FOLHA - 118

CNPJ: 21.253.729/0001-40; 10º GILSON TEODORO AMARAL, CPF:

Representante da Empresa: Supermercado Candidés LTDA, CNPJ: 71.410.963/0001-01. Tesoureiros: 1º BENTO JOSÉ OLIVEIRA, CPF:

Representante da Empresa: Supermercado J. Oliveira LTDA, CNPJ: 21.963.749/0001-04; 2º ANDRÉ COELHO BORGES DE MEDEIROS, CPF:

Representante da Empresa: Artefato Comércio e Assessoria LTDA, CNPJ: 07.165.974/0001-74; 3º MARCUS DO NASCIMENTO CURY, CPF:

Representante da Empresa: Sarg Comércio e Distribuição LTDA, CNPJ: 10.294.308/0001-40; 4º EVANDO AVELAR DUARTE, CPF:

Representante da Empresa: Evando Avelar Duarte EPP, CNPJ: 42.845.347/0001-85; 5º JOSÉ PORFIRO DO CARMO, CPF:

Representante da Empresa: José Porfiro do Carmo - ME, CNPJ: 24.401.270/0001-72; 6º MARCELO LEITÃO OLIVEIRA, CPF:

Representante da Empresa: Recauchubrás LTDA, CNPJ: 17.078.163/0001-90; 7º ALBERT CAGNANI, CPF:

Representante da Empresa: Paris Modas LTDA, CNPJ: 23.650.120/0001-30; 8º GILSON DE DEUS LOPES, CPF:

Representante da Empresa: Supermercado 2B LTDA, CNPJ: 22.304.901/0001-00; 9º LINDOMAR APARECIDO RIBEIRO, CPF:

Representante da Empresa: Malu Magazine LTDA, CNPJ: 71.463.855/0001-05; 10º JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA MOTTA, CPF:

Representante da Empresa: Elétrica Help LTDA., CNPJ: 20.984.100/0001-07; 11º GUSTAVO DE CARVALHO PEREIRA, CPF:

Representante da Empresa: Rodag Distribuidora de Autopeças LTDA, CNPJ: 02.779.154/0001-59. Secretários: 1º ROBERTUS FERDINANDUS MARIA VAN DOORNIK, CPF:

Representante da Empresa: Crystallis Comércio e Consultoria LTDA, CNPJ: 04.175.388/0001-12; 2º AFONSO MAURO PINHO RIBEIRO, CPF:

Representante da Empresa: Afonso Mauro Pinho Ribeiro - ME, CNPJ: 41.458.149/0001-04; 3º ROBSON BATISTA, CPF:

Representante da Empresa: Comercial Irmãos Batista LTDA - ME, CNPJ: 00.338.501/0001-82; 4º HERCÍLIO ARAÚJO DINIZ FILHO (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Supermercado Coelho Diniz EIRELI, CNPJ: 41.930.199/0001-34; 5º WANDER JÚNIOR DE CARVALHO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Leite & Corte Comércio de Produtos Agropecuários LTDA, CNPJ: 08.476. 039/0001-91; 6º GLENN ANDRADE, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: RGA Serviços de Digitação LTDA, CNPJ: 10.987.515/0001-80; 7º ALFEU FREITAS ABREU, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Alfeu Freitas Abreu - ME, CNPJ: 21.858.063/0001-53; 8º RODRIGO NATAL ROCHA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Eletrodiesel Turbo LTDA, CNPJ: 20.404.455/0001-80; 9º VERA LÚCIA FREITAS LUZIA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Vera Lúcia Freitas Luzia - ME, CNPJ: 26. 009.720/0001-01; 10º RICARDO TEIXEIRA BATISTA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Supermercado Viçosense LTDA, CNPJ: 25.944.596/0001-09; 11º ALEXANDRE MAGNO DE MOURA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Mary Esports LTDA, CNPJ: 02.889.435/0001-64. CONSELHO FISCAL EFETIVO: 1º LEONARDO ARAÚJO COSTA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Araújo & Marx LTDA ME, CNPJ: 05.919.219/0001-02; 2º NICIO FORTES GARCIA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Fortex Comércio de Malhas LTDA, CNPJ: 19.490.952/0001-69; 3º GERALDO PEREIRA DA SILVA BITARÃES, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Autopeças Trevo LTDA, CNPJ: 20.870.721/0001-60. CONSELHO FISCAL SUPLENTE: 1º LOUCIMAR DO EGITO RIBEIRO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Loucimar do Egito Ribeiro - ME, CNPJ: 05.120.523/0001-95; 2º PAULO CANÇADO GONÇALVES, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Ótica Tamoio LTDA, CNPJ: 17.179.953/0001-61; 3º MAURÍCIO DA CUNHA BRENCK (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Cofermeta S/A, CNPJ: 17.281.973/0001-49. DIRETORIA SUPLENTE: 1º FABÍOLA ALCANTARA ARIDA UESCAR, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Minas Lar LTDA, CNPJ: 17.856.881/0001-40; 2º SALVADOR OHANA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: SKL Comércio de Vestuário LTDA, CNPJ: 25.375.572/0002-67; 3º LEONARDO SOARES RAMOS, CPF: [REDACTED]



Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 3551N

FOLHA - 119

Representante da Empresa: Acqua Dedetizadora LTDA, CNPJ: 24.979.851/0001-96;
4º JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da
Empresa: Roma Plus LTDA, CNPJ: 25.240.938/0001-00; 5º CARLOS FRANÇA,
CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Mastercom Comércio e Serviços
LTDA, CNPJ: 86.518.800/0001-14; 6º WAGNER FERREIRA MATTOS (AUSENTE)
CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Loja Elétrica LTDA, CNPJ:
17.155.342/0001-83; 7º MARCOS VINÍCIUS COTTA SANTOS (AUSENTE) CPF:
[REDACTED] Representante da Empresa: Madeireira Santos e Cotta LTDA,
CNPJ: 25.364.597/0001-84; 8º MARIA LUIZA MAIA OLIVEIRA, CPF:
[REDACTED] Representante da Empresa: RHO Investimentos e Participações
LTDA, CNPJ: 04.536.245/0001-99; 9º ALESSANDRO GERALDO DIAS (AUSENTE)
CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Centro de Formação de
Condutores Rio Doce LTDA., CNPJ: 05.949.393/0001-06, 10º RONY ANDERSON
DE ANDRADE REZENDE, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa:
Drogaria Dugabi LTDA, CNPJ: 19.232.925/0001-96; 11º LUCIANO CIABOTTI,
CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Luciano Ciabotti - ME, CNPJ:
14. 450.218/0001-52; 12º FRANK SINATRA SANTOS CHAVES, CPF:
[REDACTED] Representante da Empresa: Comercial Elvia Calçados EIRELI,
CNPJ: 23.344.196/0001-37; 13º GILMAR PAIVA DA COSTA (AUSENTE) CPF:
[REDACTED] Representante da Empresa: Irmãos Paiva Costa LTDA – EPP,
CNPJ: 25. 889.213/0001-47; 14º LEONARDO TURY HADDAD, CPF:
[REDACTED] Representante da Empresa: Tuffik Haddad e Filhos LTDA, CNPJ:
05. 621.499/0001-79; 15º EDUARDO SOARES FERREIRA, CPF: [REDACTED]
Representante da Empresa: VMM Moda Masculina LTDA, CNPJ: 11.
856.813/0001-02; 16º SEBASTIÃO IVO ALVES, CPF: [REDACTED]
Representante da Empresa: Organização Alves e Carvalhos LTDA, CNPJ:
25.250.564/0001-03; 17º WALTER DE ALBUQUERQUE, CPF: [REDACTED]
Representante da Empresa: Andrade e Albuquerque LTDA – ME, CNPJ:

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011

PABX: (31) 3014-4600 - WhatsApp: (31) 98312-1694 - www.cartoriojaguarao.com.br

Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior

04.952.976/0001-15; 18º MARCO POLO VIRIATO ROLIM, CPF: [REDACTED]
Representante da Empresa: Garotada Moda Infantil LTDA, CNPJ: 09.573.616/0001-26; 19º CARLOS ALBERTO SALVATO, CPF: [REDACTED]
Representante da Empresa: Rolimac Rolamentos LTDA, CNPJ: 25.630.682/0001-47; 20º OZEMAR DO CARMO (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Carmo & Oliveira Comercial LTDA, CNPJ: 64.450.125/0001-04; 21º CARLOS ALBERTO APOLINÁRIO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Zix Informática LTDA, CNPJ: 01.383.192/0001-25; 22º MARCELO RODRIGUES SEPÚLVEDA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Raul Sepúlveda Eventos Sob Lona LTDA – EPP. CNPJ: 01.239.504/0001- 21; 23º FLÁVIO FERREIRA DO CARMO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Flavio Ferreira do Carmo - ME, CNPJ: 21.515.719/0001-35; 24º LEONARDO DA MOTA COSTA (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Pacto Administradora & Corretora de Seguros LTDA, CNPJ: 22.256.978/0001-51; 25º FÁBIO DE CARVALHO SANTA ROSA (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Santa Rosa Comércio e Indústria LTDA., CNPJ: 17. 077.603/0001-94; 26º LIZZIANE MARTINS FACUNDES (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Prestovale Prestação de Serviços LTDA – ME, CNPJ: 02. 537.755/0001-55; 27º ANTÔNIO ELADIO DUARTE (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Antônio Eladio Duarte – ME, CNPJ: 17.994.492/0001-80; 28º ALESSANDRO DANIEL GUERRA (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Guerrinha Confeções LTDA, CNPJ: 25.813.304/0001-07; 29º HENRIQUE CÉSAR DE OLIVIERA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Contag Assessoria Tributária LTDA, CNPJ: 64.350.200/0001-57; 30º GILMAR PINTO DE OLIVEIRA (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Pneutex LTDA – EPP, CNPJ: 16. 873.226/0001-37; 31º GILBERT LACERDA SILVA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Gilbert Lacerda Silva EIRELI, CNPJ: 06.667.797/0001- 36; 32º JOSINO NEIVA BATISTA (AUSENTE) CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Josino Neiva Batista, CNPJ: 66.337.585/0001-48; 33º LEONARDO HAMILTON MAIA OLIVEIRA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Hatex Imóveis LTDA, CNPJ: 10. 498.843/0001-13. DELEGADOS REPRESENTANTES EFETIVOS: 1º NADIM ELIAS



Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 3551N

FOLHA - 120

DONATO FILHO, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Demais Comércio e Presentes LTDA, CNPJ: 28.759.857/0001-09; 2º EMERSON BELOTI DE SOUZA, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: José Beloti de Souza e Cia LTDA, CNPJ: 17. 151. 580/0005-44. DELEGADOS REPRESENTANTES SUPLENTE: 1º JOSÉ MARIA FACUNDES, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Rhinara Decorações LTDA - ME, CNPJ: 02.467.704/0001-02; 2º IESSER ANIS LAUAR, CPF: [REDACTED] Representante da Empresa: Prime Informática LTDA, CNPJ: 00.492.202/0001-06. Assim, restaram concluídas todas as fases do processo eleitoral da FECOMÉRCIO MG, iniciado em 18 de março de 2022. Com a tomada do compromisso dos empossados e concluída a assinatura do TERMO DE POSSE, cumprindo, assim, as formalidades legais e estatutárias, o Sr. Nadim Elias Donato Filho, Presidente empossado da FECOMÉRCIO MG para o mandato 2022/2026, determinou a lavratura da presente ata que, após sua leitura e aprovação, foi devidamente assinada e arquivada. Nadim Elias Donato Filho Presidente da FECOMÉRCIO MG CPF: [REDACTED] Robertus Ferdinandus Maria Vandornik Primeiro Secretário CPF: [REDACTED] Ao final, o Presidente Nadim Elias Donato Filho convocou os diretores efetivos para uma reunião extraordinária da nova Diretoria, a ser realizada hoje, imediatamente após o encerramento desta cerimônia de posse.". Assim nada mais a ser narrado e descrito, foi encerrada a presente ata para todos os fins de direito. Foi o que pude constatar. Nada mais tendo visto, ouvido, percebido ou presenciado, conforme a solicitação requerida. Escrita e lida para o solicitante que a aceitou e assinou do que dou fé. A(s) parte(s) declara(m) ainda que concorda(m) com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica em conformidade com a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, ciente(s) de que o presente instrumento poderá ser reproduzido a pedido de qualquer interessado independente de autorização expressa da(s) parte(s) por se tratar de instrumento público. Valores referentes a esta Escritura:

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011

PABX: (31) 3014-4600 - WhatsApp: (31) 98312-1694 - www.cartoriojaguarao.com.br

Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.271.982/0001-59 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/09/1966
-----------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMERCIO-MG

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
-------------------------------------------------------	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical

LOGRADOURO R CURITIBA	NÚMERO 561	COMPLEMENTO 11 ANDAR
--------------------------	---------------	-------------------------

CEP 30.170-120	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG
-------------------	---------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/02/2004
-----------------------------	------------------------------------------


MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/11/2025 às 13:59:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2.1 NOME E SOBRENOME
NADIM ELIAS DONATO FILHO

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
[REDACTED]

4a DATA EMISSÃO [REDACTED] 4b VALIDADE [REDACTED] ACC **D**


4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF [REDACTED]

4d CPF [REDACTED] 5 Nº REGISTRO [REDACTED] 6 CAT. HAB. [REDACTED]

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
NADIM ELIAS DONATO
NADIA BADRA DONATO

7 ASSINATURA DO PORTADOR
Nadim Elias Donato



11 HABILITAÇÃO [REDACTED]

9 ACC 10 11 12

A			
A1			
B			
B1			
C			
C1			

9 D 10 11 12

D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

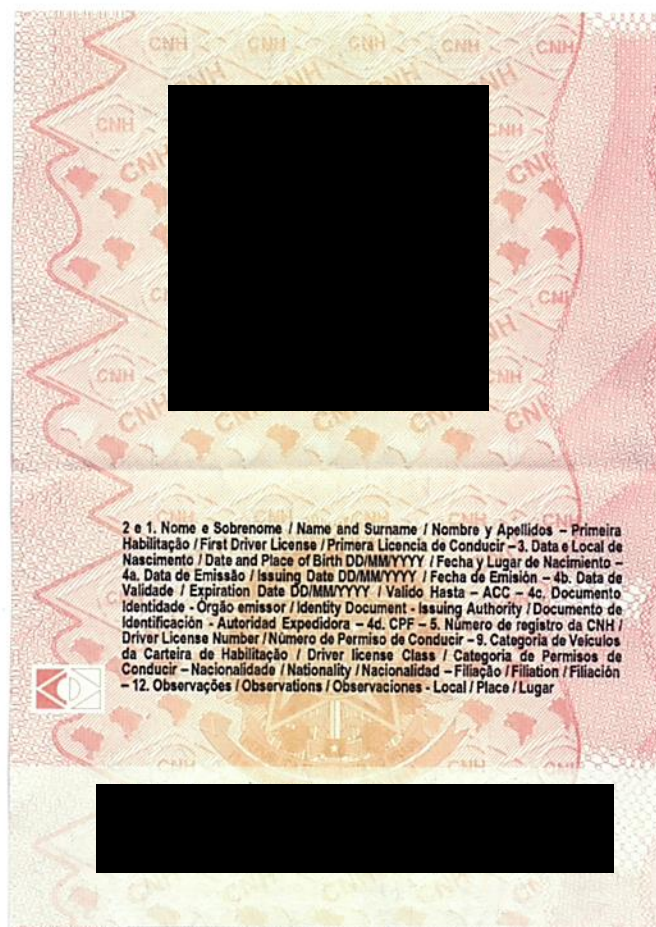
LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

8 ASSINATURA DO EMISSOR
[REDACTED]

MINAS GERAIS

SENATRAN CONTRAM

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 2682005004
 PROIBIDO PLASTIFICAR



2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira
Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de
Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento -
4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de
Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento
Identidade - Orgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de
Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH /
Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veiculos
da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de
Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiación
- 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar



Olá,

FEDERACAO DO COMERCIO DO ESTADO MG

R CURITIBA, 561 - LG: 1
CEP: 30170-121 | CENTRO, BELO HORIZONTE/MGTOTAL A PAGAR
*****R\$6.277,92VENCIMENTO
08/10/2025

MATRÍCULA

IDENTIFICADOR

Copasa Online
Fale com a Copasa a qualquer hora
Agência Virtual e Webchat - copasa.com.brCopasa mais próxima de você
R CARANGOLA 460 - SANTO ANTONIO - BELO HORIZONTE
De 08:00 as 16:30

REFERÊNCIA DA CONTA

ESSA CONTA É DO MÊS DE:
SETEMBRO/2025Quando foi emitida?
01/10/2025Data da apresentação
01/10/2025

Débitos anteriores

SEU CONSUMO EM LITROS

HIDRÔMETRO
A13Z 0103308

CONSUMO MESES ANTERIORES

SEU CONSUMO
235.000

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS DE REFERÊNCIA	VOLUME FATURADO (LITROS)	DIAS ENTRE MEDIÇÕES	MÉDIA DIÁRIA (LITROS)
SETEMBRO/2025	235.000	30	7.833
AGOSTO/2025	259.000	33	7.848
JULHO/2025	228.000	28	8.142
JUNHO/2025	241.000	30	8.033
MAIO/2025	229.000	29	7.896
ABRIL/2025	259.000	33	7.848
MARÇO/2025	232.000	30	7.733
FEVEREIRO/2025	222.000	29	7.655
JANEIRO/2025	242.000	32	7.562
DEZEMBRO/2024	226.000	30	7.533
NOVEMBRO/2024	238.000	32	7.437
OUTUBRO/2024	222.000	30	7.400

Descrição dos serviços | Lançamento

ABASTECIMENTO DE AGUA	3599,40
ESGOTO DINAMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDT	2663,22
COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS - AGUA	12,54
COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS - ESGOTO	2,76

LEITURA ATUAL	19/09/2025	24737
LEITURA ANTERIOR	20/08/2025	24502
CONSUMO APURADO	235m³ (235.000 litros)	
CONSUMO = ATUAL - ANTERIOR		
PRÓXIMA LEITURA	22/10/2025	

UNIDADES ATENDIDAS

SERVIÇO	SOCIAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA
Água			1		
Esgoto			1		

DEBITO AUTOMATICO -
FATURA VENCIDA EM
08/09/2025

TARIFAS

CALCULO COMERCIAL

FAIXA DE CONSUMO EM 1000 LITROS	CONSUMO DA FAIXA EM 1.000 LITROS	UNIDADES ATENDIDAS	VOLUME TOTAL	R\$1.000 LITROS AGUA	VALOR AGUA	R\$1.000 LITROS ESGOTO	VALOR ESGOTO	SUBTOTAL
FIXA	--	1	--	--	36,60	--	27,09	63,69
0 A 5	5,00000	1	5,00	5,07000	25,35	3,75000	18,75	44,10
5 A 10	5,00000	1	5,00	7,59800	37,99	5,62300	28,12	66,11
10 A 20	10,00000	1	10,00	10,22100	102,21	7,56300	75,63	177,84
20 A 40	20,00000	1	20,00	12,87700	257,54	9,52900	190,58	448,12
40 A 200	160,00000	1	160,00	15,60800	2.497,28	11,54800	1.847,68	4.344,96
200 A 99999	35,00000	1	35,00	18,35500	642,43	13,58200	475,37	1.117,80
SOMA	235,00000		235,00		3.599,40		2.663,22	6.262,62

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA

PERÍODO 07/2025

Portaria de Consolidação: 5
Anexo XX do MS (Decreto 5440)

NÚMERO DE AMOSTRAS	CLORO	COLIFORMES TOTAIS	COR	ESCHERICHIA COLI	FLUORETO	TURBIDEZ
MÍNIMO	363	363	363	363	0	363
ANALISADAS	373	373	374	373	0	374
FORA PADRÃO	0	3	2	0	0	1
DENTRO PADRÃO	373	370	372	373	0	373



TARIFA DE ESGOTO

A tarifa de serviços de esgotamento sanitário corresponde a um percentual do valor cobrado pelo consumo real de água do imóvel. Quer saber mais? Acesse o QR Code.

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 414,34

Informações gerais

COPASA INFORMA: IMPOSSIBILIDADE DE COLETA DA LEITURA
FATURAMENTO REALIZADO PELA MEDIA. REGULARIZE A
LEITURA ATRAVES DOS NOSSOS CANAIS DE RELACIONAMENTO.

CONSULTA PUBLICA NO 65/2025 COM A FINALIDADE DE COLHER CONTRIBUICOES QUE SUBSIDIARAO A DELIBERACAO ARSAE DA 3A REVISAO TARIFARIA PERIODICA. PERIODO: 01.09.2025 A 01.10.2025. INFORMACOES EM WWW.ARSAE.MG.GOV.BR

PAGAMENTO



Número da fatura

Cód. débito automático

MÊS / REF.
09/2025VENCIMENTO
08/10/2025TOTAL A PAGAR
*****R\$6.277,92

PAGUE COM PIX



82690000062-9 77920019100-4 12563376529-7 73106200582-2



ECONOMIZE

O meio ambiente e seu bolso vão agradecer.



MÉDIA POR USUÁRIO

Segundo a ONU cada pessoa necessita de 3,3 mil litros de água/mês, ou seja, 100 litros de água por dia para atender às necessidades de consumo e higiene.



CONSUMO CONSCIENTE

Você estabelece como rotina acompanhar a leitura do medidor.



DIMINUIÇÃO DO CONSUMO

Entre no site da Copasa e confira nossas dicas.



FUTURO DO PLANETA!

Garanta um futuro com água para as próximas gerações.



NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS

ESSA CONTA É DO MÊS DE:
SETEMBRO/2025

Quando foi emitida?
01/10/2025

Matrícula
0 001 098 307 4

Identificador
0 002 317 925 0

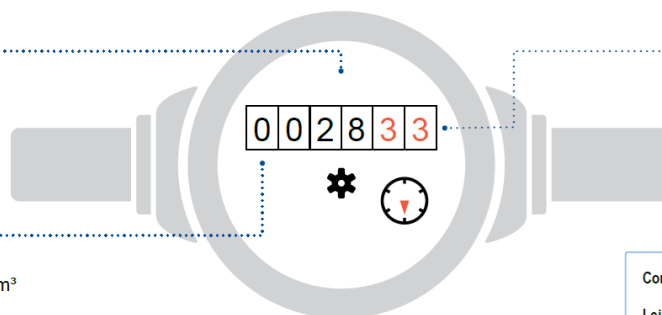
COMO FAÇO A LEITURA DO MEU CONSUMO DE ÁGUA?

1 HIDRÔMETRO

É o seu medidor de água

2 NÚMEROS PRETOS

Registram o consumo em m³ (metros cúbicos), sendo que 1m³ equivale a 1.000 litros de água



3 NÚMEROS VERMELHOS

Apontam os litros consumidos

Como calcular o consumo:

Leitura atual no medidor - Leitura anterior

Está na última fatura

ISSO É DA SUA CONTA

Se tiver dúvidas sobre a fatura, anote a sequência de números pretos que aparecem no hidrômetro. Procure a Copasa antes do vencimento da sua conta.

QUER SABER MAIS?

Dados sobre a qualidade da água, vazamentos, níveis das represas, dicas de uso racional da água, tarifa social e critérios para o benefício, acesse: www.copasa.com.br

INCENTIVAMOS A AUTOLEITURA

Cinco dias antes da data da leitura programada para o seu imóvel, acesse a Agência Virtual e informe os números em preto que aparecem no hidrômetro.

Autenticação

FALE COM A COPASA



App Copasa Digital
IOS e Android



Agência Virtual e Webchat
copasa.com.br



(31) 99770 7000



0800 0300 115

Ouvidoria Copasa

Se não gostou da solução apresentada no primeiro atendimento, sugerimos o contato com a nossa ouvidoria: 0800 031 0866 | copasa.com.br/ouvidoria

Ouvidoria ARSAE-MG: Se a manifestação não for resolvida no prazo informado pela Ouvidoria da Copasa, acione a Ouvidoria da ARSAE-MG com o número do protocolo: 0800 031 9293 | arsae.mg.gov.br/ouvidoria | WhatsApp (31) 3915 9293

AQUI TEM COPASA

Quer saber mais sobre a Copasa e sua conta? Acesse o QR CODE apontando a câmera do seu celular ou visite nosso site: www.copasa.com.br



GUIA DO CLIENTE

Um manual com informações importantes para que você possa utilizar nossos serviços de forma leve e tranquila. **Acesse o guia pelo QR Code.**



CADASTRO ATUALIZADO

Manter seu cadastro atualizado traz mais agilidade e segurança no seu atendimento. Além disso, você poderá receber informações sobre obras, campanhas e benefícios.

A CONTA NÃO CHEGOU?

Acesse nossos canais digitais e retire a 2ª via. Você também pode se cadastrar para receber sua conta por e-mail. **É mais agilidade e facilidade para você.**

PAGAMENTO RÁPIDO E FÁCIL

Pague sua conta com pix. Se preferir, você pode colocar a conta em débito automático. Acesse o site ou app do seu banco e informe o número da matrícula.

MANTENHA O PAGAMENTO EM DIA

Evite corte no fornecimento de água, cobrança de juros, multas, correção monetária e que seu CPF/CNPJ seja inscrito em órgãos de proteção ao crédito.



@aquitemcopasa



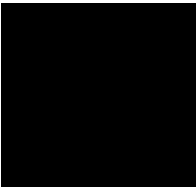
SHIRLEY NERI DE AGUIAR OLIVEIRA		Referente a		Vencimento	Valor a pagar (R\$)
		AGO/2025		03/09/2025	233,28
			NOTA FISCAL Nº 298672570 - SÉRIE 000		
			Data de emissão: 14/08/2025		
		Consulte pela chave de acesso em:			
		http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e			
		chave de acesso:			

Classe	Subclasse	Modalidade Tarifária	Datas de Leitura			
Residencial	Residencial	Convencional B1	Anterior	Atual	Nº de dias	Próxima
Bifásico			15/07	14/08	30	16/09

Itens da Fatura	Unid.	Quant.	Valores Faturados		PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Aliq. ICMS	ICMS	Tarifa Unit.
			Preço Unit	Valor (R\$)					
Energia Elétrica	kWh	178	1,17989987	210,00	8,60	210,00	18,00	37,80	0,91914200
Bônus ITAIPU - art. 21 da Lei 10.438/2002				-20,72	0,00	0,00	0,00	0,00	
APAES - MG Tel - 08007222723				10,95					
Contrib Ilum Publica Municipal				33,05					
TOTAL				233,28	8,60	210,00		37,80	
Bandeira Vermelha - Já Incluído no valor a pagar				5,42					
Bandeira Vermelha P2 - Já Incluído no valor a pagar				8,39					

	Informações Técnicas					
	Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
	Energia kWh	APC131013140	24.927	25.105	1	178
	Informações Gerais					
	Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Poderá ser solicitada nova fatura com a exclusão de valores relativos a serviços de terceiros. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. JUL/25 Band. Verm. P1 - AGO/25 Band. Verm. P2.					
	Reservado ao Fisco					
	Base de cálculo (R\$)		Alíquota (%)		Valor (R\$)	
	ICMS		210,00		18,00	
PASEP		172,20		0,89		1,53
COFINS		172,20		4,11		7,07

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.



PIX Pague Aqui

Código de Débito Automático

Agosto/2025

ATENÇÃO:
DÉBITO AUTOMÁTICO

Instalação

Vencimento
03/09/2025

Total a pagar
R\$233,28



Carteira de Trabalho Digital

Data de emissão: 28/03/2021

Dados Pessoais

Nome civil

SHIRLEY NERI DE AGUIAR OLIVEIRA

CPF

[REDACTED]

Sexo

Feminino

Data de nascimento

[REDACTED]

Nacionalidade

Brasileira

Nome da mãe

VICENTINA AGUIAR OLIVEIRA

Contratos de trabalho

[REDACTED]

Empregador

**FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS - FECOMERCIO-MG
CNPJ RAIZ: 17.271.982**

Estabelecimento

**FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS - FECOMERCIO-MG
CNPJ: 17.271.982/0001-59
R CURITIBA 561 11 ANDAR 30170120 CENTRO BELO HORIZONTE MG**

Cargo

ADVOGADO

CBO Cargo

2410-10

Tipo de contrato

**Prazo determinado, definido em dias
Data do Término: 16/08/2025**

Salário contratual

[REDACTED]

Relação de trabalho

Empregado

Tipo de admissão

Admissão

Fonte da informação

ESOCIAL

ANOTAÇÕES

09/07/2025 - Tipo de contrato definido para Prazo determinado, definido em dias,
Data do Término: 16/08/2025



Carteira de Trabalho Digital

Data de emissão: 28/03/2021

ANOTAÇÕES

19/05/2025 - Salário definido para [REDACTED]
19/05/2025 - Tipo de contrato definido para Prazo indeterminado
19/05/2025 - Estabelecimento definido para FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMERCIO-MG
19/05/2025 a (atual) - Cargo exercido de ADVOGADO
19/05/2025 - Relação de trabalho definida para Empregado
19/05/2025 a (atual) - CBO Cargo exercido 2410-10
19/05/2025 - Admissão

01/09/2000 - 16/05/2025

Empregador

CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DE MINAS GERAIS - CIEE/MG
CNPJ RAIZ: 21.728.779

Estabelecimento

CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DE MINAS GERAIS - CIEE/MG
CNPJ: 21.728.779/0001-36
RUA CELIO DE CASTRO 79 31110000 FLORESTA BELO HORIZONTE MG

Cargo

PROCESSADOR PL

CBO Cargo

3513-05

Tipo de contrato

Prazo indeterminado

Salário contratual

Relação de trabalho

Empregado

Tipo de admissão

Admissão

Fonte da informação

ESOCIAL

ANOTAÇÕES

16/05/2025 - Rescisão Contratual
10/03/2025 - Férias 10/03/2025 a 29/03/2025
22/07/2024 - Férias 22/07/2024 a 31/07/2024



Carteira de Trabalho Digital

Data de emissão: 28/03/2021

ANOTAÇÕES

01/07/2024 - Salário definido para R\$ 6.583,00 Por mês

04/03/2024 - Férias 04/03/2024 a 23/03/2024

01/07/2023 - Salário definido para [REDACTED]

06/03/2023 - Férias 06/03/2023 a 25/03/2023

12/09/2022 - Férias 12/09/2022 a 21/09/2022

01/07/2022 - Salário definido para [REDACTED]

07/03/2022 - Férias 07/03/2022 a 26/03/2022

22/12/2021 - Férias 22/12/2021 a 31/12/2021

26/08/2021 - Salário definido para [REDACTED]

12/05/2021 - Salário definido para [REDACTED]

01/03/2021 - Férias 01/03/2021 a 20/03/2021 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

27/12/2020 - Salário definido para [REDACTED]

22/12/2020 - Férias 22/12/2020 a 31/12/2020 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

30/07/2020 - Salário definido para [REDACTED] com efeito a partir de 30/07/2020

02/03/2020 - Férias 02/03/2020 a 21/03/2020 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

01/07/2019 - Salário definido para [REDACTED] com efeito a partir de 01/07/2019

01/09/2000 - Salário definido para [REDACTED]

01/09/2000 - Tipo de contrato definido para Prazo indeterminado

01/09/2000 - Estabelecimento definido para CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DE MINAS GERAIS - CIEE/MG

01/09/2000 a 16/05/2025 - Cargo exercido de PROCESSADOR PL

01/09/2000 - Relação de trabalho definida para Empregado

01/09/2000 a 16/05/2025 - CBO Cargo exercido 3513-05

01/09/2000 - Admissão



ESTATUTO

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMÉRCIO MG



CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – **FECOMÉRCIO MG**, doravante denominada **FECOMÉRCIO MG**, fundada em 4 de dezembro de 1938, com prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.271.982/0001-59, é uma Entidade Sindical de Segundo Grau, integrante do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a que se refere o art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, com sede e foro na Capital do Estado de Minas Gerais, à rua Curitiba, nº 561, Centro, cuja constituição e funcionamento se regem pela legislação em vigor e pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. São também privativas de uso da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – **FECOMÉRCIO MG**, as seguintes marcas mistas:

- I - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – **FECOMÉRCIO MG**;
- II - State of Minas Gerais Federation of Commerce of Goods, Services and Tourism;
- III - Minas Gerais Federation of Commerce of Goods, Services and Tourism;
- IV - Sistema **FECOMÉRCIO MG** (com e sem emblema);
- V - Câmara de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais;
- VI - Chamber of Commerce of Goods, Services and Tourism of Minas Gerais State;
- VII - State of Minas Gerais Chamber of Commerce of Goods, Services and Tourism;
- VIII - Minas Gerais Chamber of Commerce of Goods, Services and Tourism;
- IX - **FECOMÉRCIO MG** (iniciais);
- X - Centro do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais;
- XI - Centro do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais;
- XII - Centre of Commerce of Goods, Services and Tourism of Minas Gerais State;
- XIII - Minas Gerais Centre of Commerce of Goods, Services and Tourism.

Art. 2º São as seguintes as categorias econômicas do comércio de bens, serviços e turismo abrangidas e representadas pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais - **FECOMÉRCIO MG**, independentemente do seu porte: comércio de bens, serviços e turismo enquadradas nos Grupos do Plano da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo **CNC**, a saber:

- I - comércio atacadista;
- II - comércio varejista;
- III - agentes autônomos do comércio;
- IV - comércio armazenador;
- V - turismo e hospitalidade.

Parágrafo único. Integram o elenco a que refere este artigo as microempresas e os microempreendedores individuais do comércio de bens, serviços e turismo.

Art. 3º A **FECOMÉRCIO MG** tem por finalidades:

- I - a orientação, coordenação, proteção, defesa e representação legal de todas as categorias econômicas de que trata o art. 2º deste Estatuto;
- II - promover a harmonia e a solidariedade das categorias econômicas e o amplo entendimento com as categorias profissionais visando à paz social;
- III - promover o desenvolvimento sustentável dos Sindicatos filiados.

Art. 4º São prerrogativas constitucionais e objetivos institucionais da **FECOMÉRCIO MG**:

- I - representar, perante as autoridades constituídas, os interesses gerais das categorias econômicas por ela abrangidas;
- II - celebrar convenções e contratos coletivos de trabalho em nome dos Sindicatos filiados mediante expressa autorização, ou em nome das categorias econômicas por ela abrangidas e que estejam inorganizadas em Sindicatos, consultando previamente o Conselho de Representantes;
- III - eleger ou designar seus representantes junto aos órgãos de jurisdição municipal, estadual ou federal, na forma determinada em lei;
- IV - colaborar com os Poderes Públicos, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias econômicas por ela representadas e abrangidas;
- V - arrecadar e repassar a Contribuição Confederativa na forma regulamentar prevista no inciso IV do art. 8º da Constituição da República Federativa do Brasil;
- VI - defender os princípios de liberdade para o exercício do comércio e da prestação de serviços, lealdade na concorrência e ética no desempenho das atividades;
- VII - conciliar divergências e conflitos entre os Sindicatos filiados, mesmo que por intermédio de órgão externo em que tenha representação, bem como promover a solidariedade e a união entre eles;
- VIII - criar e manter serviço de assessoria técnica e jurídica para os Sindicatos filiados;
- IX - participar da organização do Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio (SICOMÉRCIO), de que é parte integrante (art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal);



- X - promover e realizar treinamentos, palestras e eventos;
- XI - prestar serviços de pesquisas mercadológicas e de opinião;
- XII - firmar com entidades nacionais, com os Poderes Públicos e com organizações internacionais termos de cooperação técnica e científica;
- XIII - defender a unicidade sindical e/ou unidade sindical e a manutenção do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
- XIV - integrar o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio), cuja entidade máxima é a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - **CNC** (Constituição Federal, art. 8º, IV);
- XV - instituir mecanismos para coordenar divergências e conflitos decorrentes das relações do trabalho das categorias econômicas do comércio de bens, serviços e turismo abrangidas e representadas, por meio da conciliação, da mediação e da arbitragem e demais métodos de resolução de conflitos;
- XVI - manter serviços, fazer parcerias, instituir e/ou integrar cooperativas, institutos, associações ou outras instituições com o objetivo de assegurar a consecução das prerrogativas e objetivos descritos na Lei e neste Estatuto;
- XVII - celebrar e intermediar contratos, projetos, pesquisas, convênios e demais instrumentos com entidades públicas e privadas, inclusive do Sistema "S", para cumprir seus objetivos institucionais;
- XVIII - arrecadar e repassar a Contribuição Assistencial e demais contribuições na forma deste Estatuto;
- XIX - prestar serviços às empresas do comércio de bens, serviços e turismo, direta ou indiretamente;
- XX - desenvolver projetos educacionais e pesquisas, visando beneficiar seus representados;
- XXI - realizar pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou de desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos executados no âmbito do comércio de bens, serviços e turismo.

CAPÍTULO II

DOS FILIADOS

Art. 5º A todo Sindicato que participe dos grupos econômicos representados pela **FECOMÉRCIO MG** e satisfaça as exigências da legislação e do presente Estatuto, assiste o direito de requerer a sua filiação à **FECOMÉRCIO MG**.

Art. 6º O pedido de filiação, apresentado ao Presidente da **FECOMÉRCIO MG**, será instruído com:

- I - certidão comprobatória do registro que lhe assegure personalidade jurídica de natureza sindical





perante o Ministério do Trabalho e Emprego, há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses;

II - prova do prévio enquadramento sindical no Plano da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, segundo critérios do SICOMÉRCIO;

III – prova de viabilidade econômico-financeira, mediante a comprovação de receita suficiente para a manutenção dos serviços necessários à realização de suas finalidades;

IV - cópia autenticada da ata da Assembleia Geral que tiver autorizado o pedido de filiação e indicado seus delegados representantes eleitos, acompanhada dos dados pessoais de cada um;

V - cópia do Estatuto Social registrado;

VI - declaração assinada por seu representante legal de que o Sindicato não é filiado ou associado a outra Federação;

VII - prova de ter celebrado Convenções Coletivas de Trabalho ou ter sentença normativa em dissídio coletivo, ou justificativa e/ou prova de ter envidado esforços nesse sentido, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao pedido de filiação;

VIII - ata e termo de posse da última eleição, registrados em cartório, e registro atualizado no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, ou seu equivalente.

§ 1º Recebido o requerimento, o Presidente deverá encaminhá-lo para análise da Comissão de Filiação, em até 90 (noventa) dias consecutivos.

§ 2º Concluídos os trabalhos em até 60 (sessenta) dias, a Comissão devolverá sua análise para o Presidente, que dará ciência aos filiados para manifestação em até 20 (vinte) dias consecutivos.

§ 3º Ultrapassado o prazo acima, com ou sem manifestações, o Presidente deverá colocar o pedido de filiação em pauta, até a segunda reunião subsequente de Diretoria, para votação.

§ 4º A decisão da Diretoria será comunicada por escrito à entidade sindical interessada e aos demais filiados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da reunião em que tiver sido adotada, declinados seus fundamentos, caso denegatória.

§ 5º Da decisão denegatória cabe recurso ao Conselho de Representantes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da ciência, que deverá ser analisado na mesma data da próxima Assembleia Geral.

§ 6º A Comissão de Filiação será composta por 3 (três) diretores da **FECOMÉRCIO MG**, indicados pelo Presidente.

§ 7º A **FECOMÉRCIO MG** manterá registro de Sindicatos filiados para lançamento dos dados necessários à sua identificação.

§ 8º É condição para manter-se filiado e exercer os seus direitos estatutários que o Sindicato não se filie ou se associe a outra Federação, além de outros requisitos previstos neste Estatuto



Art. 7º Os filiados distinguir-se-ão pelas seguintes categorias:

I - FUNDADORES - Os Sindicatos abaixo relacionados, conforme sua grafia à época, que participaram da Assembleia de fundação da **FECOMÉRCIO MG**:

- a) Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios, de Belo Horizonte;
- b) Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuário e Armarinho, de Belo Horizonte;
- c) Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belo Horizonte;
- d) Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais;
- e) Sindicato do Comércio Varejista de Maquinismos, Ferragens e Tintas, de Belo Horizonte;
- f) Sindicato do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios, de Belo Horizonte;
- g) Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, de Belo Horizonte.

II - EFETIVOS - Os Sindicatos que preencherem os requisitos comprobatórios de sua existência legal, filiados à **FECOMÉRCIO MG**.

§ 1º Poderão se associar, na condição de usuárias, exclusivamente para fins de utilização de produtos e serviços, as empresas do plano de representação sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - **CNC**, integrantes de categorias inorganizadas em Sindicatos, exclusivamente na base territorial do Estado de Minas Gerais.

§ 2º Também poderão se associar, na condição de usuárias, exclusivamente para fins de fruição de produtos e serviços, as empresas de categorias econômicas organizadas em Sindicatos integrantes do plano de representação sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - **CNC**, mediante termos e condições definidos em convênio firmado entre a Fecomércio e o Sindicato representante da respectiva categoria econômica, exclusivamente na base territorial do Estado de Minas Gerais.

§ 3º O direito de votar é privativo dos Sindicatos filiados constantes dos incisos I e II deste artigo, quites com as contribuições associativas e com os repasses das contribuições assistenciais previstas neste Estatuto, e com as demais contribuições instituídas, e será exercido por um dos seus delegados representantes, considerando a ordem hierárquica de eleição de cada delegado no Sindicato, na forma deste Estatuto, não admitida a hipótese de procuração.

§ 4º O Sindicato somente poderá exercer o direito de voto se estiver filiado à **FECOMÉRCIO MG** há pelo menos 6 (seis) meses e no gozo dos direitos de filiado quite, quanto ao pagamento e repasse das contribuições devidas, anteriormente à publicação do Edital das Eleições.

§ 5º As empresas associadas usuárias descritas nos §§ 1º e 2º deste artigo não têm direito de participar em Assembleias, tampouco direito de participar de eleições.

§ 6º Durante a permanência da filiação, representantes do Sindicato poderão participar dos projetos e eventos de capacitação de dirigentes e executivos sindicais oferecidos pela **FECOMÉRCIO MG**.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS

Art. 8º São prerrogativas do Sindicato filiado quite com suas obrigações legais e estatutárias:

- I - participar das reuniões do Conselho de Representantes, por meio do seu delegado representante, com direito a voto;
- II - convocar em conjunto, com número não inferior a 1/3 (um terço) dos Sindicatos filiados quites, o Conselho de Representantes, com indicação do assunto a ser debatido;
- III - apresentar à Diretoria e/ou ao Conselho de Representantes proposições sobre matérias de interesse do comércio mineiro;
- IV - utilizar os serviços da **FECOMÉRCIO MG** e solicitar o seu apoio em questões do interesse dos seus representados;
- V - comunicar o seu desligamento do quadro de filiados.

Parágrafo único. À convocação da Assembleia Geral Extraordinária, prerrogativa dos Sindicatos prevista no inciso II, não poderá se opor o Presidente da **FECOMÉRCIO MG**.

Art. 9º Ao Delegado do Sindicato filiado cabe o direito de votar nas Assembleias do Conselho de Representantes, observado o disposto no artigo 25.

§ 1º A **FECOMÉRCIO MG** observará a sincronia de mandatos, na forma da Resolução **CNC 361/2003**, respeitado o limite de 2 (dois) mandatos consecutivos para o cargo de Presidente.

§ 2º A limitação de mandato prevista no parágrafo anterior somente poderá ser alterada pelo Conselho de Representantes da **FECOMÉRCIO MG** em Assembleia especialmente convocada, com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Sindicatos filiados com direito a voto

Art. 10. São deveres do Sindicato filiado:

- I - comparecer, por meio de seus Delegados, às reuniões do Conselho de Representantes e acatar suas decisões;
- II - cumprir o presente Estatuto e as deliberações da Diretoria e do Conselho de Representantes;
- III - pagar a Contribuição Associativa fixada pelo Conselho de Representantes;
- IV - aplicar em sua base as deliberações de interesse das categorias econômicas que representa, emanadas da **FECOMÉRCIO MG**, conforme o inciso II deste artigo;
- V - destinar 15% (quinze por cento) e 5% (cinco por cento) da importância total da Contribuição Confederativa recolhida pelo Sindicato, à **FECOMÉRCIO MG** e à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, respectivamente.
- VI - destinar 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) da importância total da Contribuição Assistencial recolhida pelo Sindicato, à **FECOMÉRCIO MG** e à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, respectivamente.



CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 11. Constituem penalidades a suspensão e a eliminação do quadro social.

§ 1º Fica sujeito à suspensão de até 6 (seis) meses o Sindicato:

I - cuja delegação, sem causa justificada por escrito, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Representantes;

II - que não acatar, por seu delegado ou seus dirigentes, as decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria;

III - que, quando solicitado pela Diretoria da **FECOMÉRCIO MG**, não informar as medidas adotadas em sua base territorial de interesse das categorias econômicas do comércio de bens, serviços e turismo e demais atividades abrangidas pela **FECOMÉRCIO MG**, conforme art. 10, IV, deste Estatuto;

IV - que atrasar o pagamento da Contribuição Associativa por mais de 2 (dois) meses, após ser notificado.

V - que deixar de efetuar os repasses dos percentuais das contribuições previstas neste Estatuto, especialmente a Contribuição Assistencial, após ser notificado.

§ 2º Será eliminado do quadro social o Sindicato que:

I - atrasar o pagamento dos repasses e da Contribuição Associativa por mais de 1 (um) ano sem motivo justificado;

II - perder a investidura sindical;

III - for reincidente nas infrações previstas nos incisos I e/ou II, do § 1º do presente artigo.

§ 3º A Diretoria da **FECOMÉRCIO MG** poderá solicitar ao Sindicato a substituição do seu Delegado que, por espírito de discórdia ou pela prática de falta contra o patrimônio da **FECOMÉRCIO MG**, tornar-se, a seu juízo, elemento nocivo à Entidade.

§ 4º Será suspenso dos seus direitos estatutários o Delegado da **FECOMÉRCIO MG** junto à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo que transgredir qualquer dispositivo do presente Estatuto, desde que decidido pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Representantes.

Art. 12. O Sindicato eliminado com base no disposto no § 2º, I e II, do artigo 11, poderá reingressar na **FECOMÉRCIO MG** após transcorridos 6 (seis) meses, desde que, na primeira hipótese, efetue o pagamento do seu débito, com os acréscimos devidos, ou, na segunda, readquira sua investidura sindical, cabendo ao Conselho de Representantes, pela maioria dos votantes, deferir ou não o reingresso.

Art. 13. As penalidades serão aplicadas pela Diretoria da **FECOMÉRCIO MG**, após manifestação do Sindicato ou Delegado, os quais poderão aduzir, por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva notificação.



§ 1º Da penalidade imposta, caberá pedido de reconsideração ao Conselho de Representantes, com efeito suspensivo, que deverá ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis da notificação e será julgado em Assembleia Geral Extraordinária agendada para a mesma data da Assembleia Geral Ordinária subsequente.

§ 2º A suspensão do Sindicato não o desonera das obrigações financeiras devidas à Federação.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES E VOTAÇÕES

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 14. As eleições para os cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados da **FECOMÉRCIO MG** junto ao Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, serão realizadas em conformidade com o disposto no presente Estatuto.

Art. 15. Mediante voto obrigatório, secreto e livre, incumbe aos membros do Conselho de Representantes junto à **FECOMÉRCIO MG** eleger, concomitantemente, a Diretoria e o Conselho Fiscal, bem como os Delegados do Conselho de Representantes junto à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – **CNC**.

Art. 16. Não se realizando a eleição nos prazos previstos neste Estatuto, o Presidente da **FECOMÉRCIO MG** convocará imediatamente o Conselho de Representantes que deliberará sobre a continuidade da administração da **FECOMÉRCIO MG** e a convocação da eleição no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 90 (noventa) dias corridos para regularizar o processo eleitoral.

Parágrafo único. Se o Presidente da **FECOMÉRCIO MG** não observar o disposto neste artigo, bem como os demais prazos do processo eleitoral, 1/3 (um terço) dos Sindicatos filiados quites e com direito de voto poderão convocar o Conselho de Representantes para deliberar sobre a continuidade da administração da **FECOMÉRCIO MG** e a convocação de eleição no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias para regularizar o processo eleitoral.

Seção II

Do Voto Secreto e da Cédula Única

Art. 17. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- I - uso de cédula única contendo todas as chapas registradas;
- II - isolamento do eleitor em cabine indevassável para o ato de votar;
- III - verificação da autenticidade da cédula única à vista das rubricas dos membros da Mesa Coletora;
- IV - emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto e seja suficientemente ampla para

que não se acumulem as cédulas na ordem em que forem introduzidas.

§ 1º A cédula única contendo todas as chapas registradas deverá ser confeccionada em papel branco e tipos uniformizados e de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

§ 2º As chapas registradas deverão ser numeradas seguidamente, a partir do número 1 (um), obedecendo a ordem do registro.

§ 3º As chapas conterão os nomes dos candidatos efetivos e suplentes, sendo os suplentes com número não inferior a 1/3 (um terço) dos cargos efetivos a preencher, especificando-se, para efetivos, os cargos que ocuparão na Diretoria, no Conselho Fiscal e no Conselho de Representantes junto à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - **CNC**.

§ 4º Na cédula, ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco, onde o eleitor assinalará a de sua escolha.

Seção III

Do Quórum

Art. 18. A eleição só será válida se participarem da votação mais de 2/3 (dois terços) dos Sindicatos filiados com direito a voto.

§ 1º Não obtido esse quórum será realizada nova eleição, em segunda convocação, dentro de 2 (duas) horas, a qual terá validade se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos Sindicatos filiados com direito a voto.

§ 2º Só poderão participar da eleição em segunda convocação os que se encontravam em condições de exercer o voto na primeira convocação.

§ 3º Funcionarão na segunda convocação as mesas, coletora e apuradora, organizadas para a primeira convocação.

Seção IV

Dos Atos Preparatórios

Art. 19. As eleições serão realizadas no período previsto entre 24 de abril e 23 de maio, convocadas pelo Presidente da **FECOMÉRCIO MG**, por Edital, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e máxima de 90 (noventa) dias da data do pleito, que conterá data, horário e local de votação, prazo para registro de chapas e horários de funcionamento da **FECOMÉRCIO MG**; prazo para impugnação de candidaturas; datas, horário e local da segunda votação, caso não seja atingido o quórum na primeira, bem como da nova eleição em caso de empate entre as chapas mais votadas, devendo ser publicado ao menos uma vez em Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Cópias do Edital completo deverão ser enviadas imediatamente após sua publicação, por meio de carta com AR e e-mail, a todos os Sindicatos filiados.

Art. 20. O prazo para registro de chapas será de 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data da publicação do Edital.

§ 1º O registro de chapas far-se-á, exclusivamente, na Secretaria do Departamento Jurídico da **FECOMÉRCIO MG**, mediante requerimento, em 2 (duas) vias, assinado pelo candidato a Presidente e instruído com os seguintes documentos relativos a cada membro da chapa:

I - ficha de qualificação de Dirigente Sindical em duas vias, assinadas;

II - atestado de residência, fornecido por autoridade local, admitindo-se também documento relativo à conta de luz, água, telefone, imposto predial ou sobre serviços;

III - cópia autenticada da Carteira de Identidade e do CPF;

IV - declaração pessoal de não ter desaprovada nenhuma conta relativa ao exercício de cargo de Administração ou Representação Sindical que haja exercido;

V - declaração pessoal de que não se encontra condenado por crime doloso em segunda instância;

VI - declaração pessoal de que não abandonou cargo de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal de Sindicato e/ou **FECOMÉRCIO MG**, para o qual tenha sido eleito nos últimos 4 (quatro) anos;

VII - prova da condição de empresário/comerciante, com efetivo exercício da atividade nos últimos 3 (três) anos, na forma determinada no artigo 23 deste Estatuto.

§ 2º Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, será observado o disposto no art. 16 deste Estatuto.

§ 3º Recebida a inscrição, o Departamento Jurídico dará imediata ciência à Presidência da **FECOMÉRCIO MG**.

Art. 21. Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, o Presidente da **FECOMÉRCIO MG** notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 3 (três) dias úteis. Esgotado esse prazo e não corrigida a irregularidade, o registro não se efetivará, em relação ao candidato.

Parágrafo único. A **FECOMÉRCIO MG** fornecerá ao candidato a Presidente, lista dos Sindicatos filiados, constando nomes dos Presidentes e Delegados, com seus respectivos endereços e telefones.

Art. 22. Encerrado o prazo para registro de chapas, o Presidente da **FECOMÉRCIO MG** providenciará a imediata lavratura da ata, que será assinada por ele, pelos diretores e candidatos porventura presentes, mencionando-se as chapas registradas, de acordo com a sua ordem numérica, determinando sua publicação no Diário Oficial do Estado e envio por e-mail para os Sindicatos filiados dentro do prazo de 10 (dez) dias consecutivos.

§ 1º O prazo de impugnação de candidaturas é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação da relação das chapas registradas.

§ 2º A impugnação fundamentada será formulada em requerimento dirigido ao Presidente da **FECOMÉRCIO MG**, assinado por qualquer membro efetivo ou suplente do Conselho de Representantes ou membro de outra chapa concorrente, que não faça parte da mesma chapa do candidato impugnado, e entregue contra recibo no Departamento Jurídico da Federação.

§ 3º Não serão aceitas impugnações feitas por membros da mesma chapa do candidato impugnado.

§ 4º Cientificado em 48 (quarenta e oito) horas pelo Presidente, o candidato impugnado terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para apresentar contrarrazões; findo este prazo e instruído o processo, o Presidente submeterá a julgamento pelo Conselho de Representantes, que será convocado no prazo de 5 (cinco) dias úteis para julgamento das impugnações.

§ 5º A chapa da qual fizerem parte os candidatos impugnados poderá concorrer, desde que o número de candidatos não impugnados, entre efetivos e suplentes, seja suficiente para o preenchimento de todos os cargos.

Art. 23. São requisitos indispensáveis de elegibilidade, além de outros previstos neste Estatuto, todos os relacionados neste artigo:

I - para Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, cumulativamente:

a) ser empresário/comerciante e sócio-administrador de empresa, no efetivo exercício de sua atividade dentro da base territorial da **FECOMÉRCIO MG** nos últimos 3 (três) anos, o que deverá ser atestado, com a apresentação dos seguintes documentos, no ato de registro da chapa:

- 1 - recibos de pró-labore ou comprovante de distribuição de lucros, dos últimos 12 (doze) meses;
- 2 - declaração de conta corrente bancária com autorização para movimentação;
- 3 - Documento Básico de Entrada (DBE) da Receita Federal ou documento equivalente;
- 4 - cadastro sincronizado federal como sócio-administrador;
- 5 - recibos de entrega de obrigações tributárias acessórias.

b) ser ou ter sido Diretor da **FECOMÉRCIO MG**, por pelo menos 1 (um) mandato, ou

c) ser ou ter sido Presidente de Sindicatos filiados à **FECOMÉRCIO MG**, tendo exercido pelo menos 2 (dois) mandatos completos.

II - para todos os demais cargos, cumulativamente:

a) ser empresário/comerciante, no exercício de sua atividade dentro da base territorial da **FECOMÉRCIO MG**;

b) ser dirigente ou suplente de administração ou representação de Sindicato filiado à **FECOMÉRCIO MG**.

Seção V

Da Mesa Coletora

Art. 24. À hora fixada no edital, a Mesa Coletora, constituída de um Presidente, dois Mesários e um Suplente, designados pelo Presidente da **FECOMÉRCIO MG**, será instalada por seu Presidente que declarará iniciados os trabalhos.

§ 1º O período de votação será de 6 (seis) horas, podendo encerrar-se antes se tiverem votado todos os Delegados-Eleitores, e a apuração será procedida imediatamente depois de encerrada aquela, assegurando-se, caso queiram, para os dois atos a fiscalização por um representante de cada chapa concorrente.

§ 2º Os integrantes da Mesa Coletora serão designados pelo Presidente da **FECOMÉRCIO MG** até 10 (dez) dias antes da eleição.

Seção VI

Da Votação

Art. 25. Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à Mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente e Mesários e, na cabine indevassável, após assinalar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a, em seguida, na urna colocada na Mesa Coletora.

Parágrafo único. O voto será exercido conforme a ordem a seguir:

I - obrigatoriamente pelo 1º Delegado-Eleitor;

II – pelo 2º Delegado-Eleitor, na ausência justificada do 1º Delegado-Eleitor, comunicada expressamente;

III - na ausência destes, pelos seus respectivos suplentes, em sua ordem hierárquica.

Art. 26. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica junto à **FECOMÉRCIO MG**, nem permanecer no exercício desses cargos:

I - os que não tiverem definitivamente aprovadas suas contas de exercício em cargos de administração, quer em Sindicato filiado, quer na **FECOMÉRCIO MG**;

II - os que houverem lesado o patrimônio de qualquer Entidade Sindical, ou ente integrante do Sistema **FECOMÉRCIO, SESC, SENAC** por decisão, inclusive, no âmbito dos órgãos de controle externo;

III - os que não estiverem desde 3 (três) anos antes, pelo menos, no efetivo exercício da atividade empresarial dentro da base territorial da **FECOMÉRCIO MG**, ou tiverem deixado de exercer a representação econômica ou a atividade econômica correspondente:

a) a manutenção do registro da empresa não substitui o exercício efetivo da atividade.

IV - os que tiverem sido condenados em segunda instância, por crime doloso;

V - os que não preencherem os requisitos de elegibilidade estabelecidos no artigo 23.

§ 1º Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada na presença dos membros da Mesa e dos fiscais.

§ 2º Em seguida, o Presidente da Mesa Coletora fará lavrar ata, que será também assinada pelos Mesários e fiscais, registrando a data e horário do início e do encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos filiados em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos candidatos ou fiscais. A seguir o Presidente da Mesa Coletora fará entrega da urna ao Presidente da Mesa Apuradora, mediante recibo de todo o material utilizado durante a votação.

Seção VII

Da Apuração

Art. 27. A Mesa Apuradora, constituída até 10 (dez) dias antes da realização do pleito, será presidida por pessoa de notória idoneidade, designada pelo Presidente da **FECOMÉRCIO MG**, e terá dois auxiliares e um suplente.

Art. 28. Instalada, a Mesa Apuradora verificará, pela Lista de Votantes, se participaram da votação número de eleitores conforme preconizado no art. 18, procedendo, em caso afirmativo, à abertura da urna e à contagem de votos.

Parágrafo único. Os votos em separado, desde que decidida sua apuração, serão computados para efeito do quórum.

Art. 29. Contadas as cédulas da urna, o Presidente verificará se o seu número coincide com o da Lista de Votantes.

§ 1º Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á à apuração, descontando-se dos votos atribuídos à chapa mais votada o número de votos equivalentes às cédulas em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.

§ 3º Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

§ 4º Examinar-se-ão um a um os votos em separado, decidindo o Presidente da Mesa, em cada caso, pela admissão ou rejeição.

§ 5º Apresentando a cédula, sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este

assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

Art. 30. Finda a apuração, o Presidente da Mesa Apuradora proclamará eleitos os candidatos da chapa que obtiver a maioria de votos válidos.

Parágrafo único. A ata será assinada pelo Presidente, demais membros da Mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.

Art. 31. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias limitada às chapas em questão.

Seção VIII

Das Nulidades e dos Recursos

Art. 32. A inobservância de formalidade essencial ao seu regular procedimento poderá constituir causa de nulidade do pleito se for objeto de recurso, sem efeito suspensivo, ao Conselho de Representantes, interposto por Delegado-Eleitor dentro de 5 (cinco) dias a contar da apuração, desde que consignado em Ata.

Art. 33. Será nula a eleição quando:

I - realizada em dia, hora e local diversos dos designados no edital, ou encerrada antes da hora determinada, sem que hajam votado todos os eleitores constantes da folha de votação;

II - realizada ou apurada perante Mesa não constituída de acordo com o estabelecido neste Estatuto;

III - preterida qualquer formalidade essencial estabelecida neste Estatuto, ocasionando subversão do processo eleitoral;

IV - não for observado qualquer um dos prazos essenciais constantes deste Estatuto.

Art. 34. A anulação do voto não implica a anulação da urna em que a ocorrência se verificar.

Art. 35. Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem beneficiará ao seu responsável.

Art. 36. O recurso será dirigido ao Presidente da **FECOMÉRCIO MG** e entregue, em duas vias, contra recibo, na Secretaria, no horário normal de funcionamento.

Art. 37. Protocolado o recurso, cumpre ao Presidente anexar a 1ª via ao processo eleitoral e encaminhar a 2ª via, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contra recibo, ao recorrido, para em 5 (cinco) dias úteis apresentar contrarrazões.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado, recebidas ou não as contrarrazões do recorrido, terá o Presidente 5 (cinco) dias úteis para informar o recurso e encaminhar o processo ao Conselho de Representantes, o qual, estando devidamente instruído o processo, deverá proferir sua decisão.

Art. 38. O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido pelo Conselho de

Representantes antes da posse.

Parágrafo único. Se o recurso versar sobre inelegibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará a suspensão da posse dos demais, exceto se o número destes, incluídos os suplentes, não for suficiente para o preenchimento de todos os cargos.

Art. 39. Não interposto recurso, o processo eleitoral será arquivado na Secretaria da **FECOMÉRCIO MG** pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 40. Ao Presidente da **FECOMÉRCIO MG** incumbe organizar o processo eleitoral em 2 (duas) vias, constituída a primeira dos documentos originais e a outra das respectivas cópias autênticas.

Parágrafo único. São peças essenciais do processo eleitoral:

I - edital;

II - exemplar do jornal que publicou o edital;

III - cópias dos requerimentos de registros de chapas, fichas de qualificação dos candidatos e demais documentos;

IV - exemplar do jornal que publicou a relação das chapas registradas;

V - relação dos eleitores;

VI - expedientes relativos à composição das Mesas Eleitorais;

VII - listas de votantes;

VIII - atas dos trabalhos eleitorais;

IX - exemplar da cédula única;

X - resultado da eleição.

Art. 41. Compete à Diretoria, dentro de 30 (trinta) dias da realização das eleições e não tendo havido recursos, fazer as comunicações de praxe, inclusive à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Parágrafo único. Em até 30 (trinta) dias corridos antes da data da posse, a diretoria com o mandato vincendo deverá iniciar o processo de transição, designando diretores e/ou empregados para se reunirem com membros da chapa eleita, atendendo as solicitações de informações e esclarecimentos necessários à preparação do início da nova gestão.

Art. 42. A posse dos eleitos, membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Delegados junto à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior.

Art. 43. Ao assumir o cargo, o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato, a Constituição, as leis e o Estatuto da **FECOMÉRCIO MG**.

Art. 44. Anulada a eleição, outra será realizada dentro de 90 (noventa) dias a contar da data de sua anulação.

Parágrafo único. Nessa hipótese a Diretoria permanecerá em exercício até a posse dos eleitos, observado o disposto no artigo 16.

Art. 45. Os prazos constantes do presente Estatuto serão computados excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

Art. 46. Para organização do processo eleitoral, serão utilizados modelos e formulários próprios.

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO
Seção I
Dos Órgãos

Art. 47. A **FECOMÉRCIO MG** é constituída dos seguintes órgãos:

- I - Conselho de Representantes;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

Seção II
Do Conselho de Representantes

Art. 48. O Conselho de Representantes, constituído pelas representações dos Sindicatos filiados, é o órgão máximo da estrutura hierárquica da **FECOMÉRCIO MG**, soberano nas resoluções não contrárias às leis e a este Estatuto.

§ 1º O quórum para instalação do Conselho de Representantes será da metade mais um dos Sindicatos filiados.

§ 2º As deliberações do Conselho de Representantes serão tomadas:

- I - em primeira convocação, por maioria absoluta de votos, considerada a metade mais um de todos os sindicatos filiados no gozo dos direitos sociais, salvo os casos previstos neste Estatuto;
- II - em segunda convocação, por maioria simples de votos, considerada a metade mais um dos sindicatos presentes no gozo dos direitos sociais, salvo os casos previstos neste Estatuto.

§ 3º O representante do Sindicato filiado que comparecer após a instalação da Assembleia poderá exercer seu direito ao voto, desde que se apresente antes da abertura da votação.

§ 4º O Conselho de Representantes tem atribuições de:

- I - estabelecer as diretrizes gerais de ação da **FECOMÉRCIO MG** e verificar sua observância;

II - eleger e destituir a Diretoria, o Conselho Fiscal e os delegados representantes junto à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - **CNC**, e seus respectivos suplentes;

III - apreciar recurso contra decisão da Diretoria da **FECOMÉRCIO MG**;

IV - alterar o presente Estatuto;

V - deliberar sobre matérias relativas a dissídio, acordo, convenção ou contrato coletivo de trabalho nas áreas inorganizadas;

VI - deliberar sobre o orçamento e as contas da **FECOMÉRCIO MG**;

VII - eleger os integrantes dos Conselhos Regionais do **SESC** e **SENAC**;

VIII - deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse do comércio de bens, serviços e turismo;

IX - deliberar sobre os valores e critérios de pagamento das contribuições destinadas a custear as atividades da **FECOMÉRCIO MG**, incluindo as advindas das negociações.

§ 5º As votações das matérias previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII serão feitas por escrutínio secreto, e as das demais matérias serão feitas por voto aberto.

§ 6º Para a destituição de Diretores é exigida a presença e o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos Sindicatos filiados, expressamente convocados para esse fim.

§ 7º O Conselho de Representantes será formado pelos Delegados dos Sindicatos filiados, em número de 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, por Sindicato.

§ 8º A representação do Sindicato nas Assembleias, mediante convocação, será feita por um delegado com direito a voto, na forma estabelecida no artigo 25 deste Estatuto.

Art. 49. Realizar-se-ão Assembleias Gerais do Conselho de Representantes:

I – ORDINÁRIAS para:

a) tomada de contas, até o dia 20 de abril de cada ano;

b) discussão e votação do orçamento e retificativo orçamentário, até o dia 30 de novembro de cada ano;

c) apresentação das atividades da Diretoria e definições estratégicas, até o dia 31 de julho de cada ano;

d) deliberar sobre negociação coletiva de trabalho e contribuições;

e) outros assuntos nas épocas e na forma deste Estatuto.

II - EXTRAORDINÁRIAS, quando convocadas pelo Presidente, pela maioria da Diretoria, ou maioria do Conselho Fiscal, em matéria de sua competência, ou 1/3 (um terço) dos Sindicatos filiados quites com suas obrigações, os quais especificarão, pormenorizadamente, os assuntos a serem tratados.

§ 1º Serão disponibilizados na sede da **FECOMÉRCIO MG**, previamente, aos Sindicatos filiados, os documentos inerentes às convocações.

§ 2º As Assembleias Gerais Extraordinárias deverão ser convocadas com o prazo máximo de 30 (trinta) dias de antecedência da data de realização e só poderão tratar dos assuntos para que forem convocadas.

§ 3º As reuniões serão realizadas mediante convocação, por edital publicado no Diário Oficial do Estado e por ofício ou e-mail, que serão enviados aos Filiados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, acompanhados da pauta da reunião.

§ 4º Nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, definidas pelo Presidente, as reuniões do Conselho de Representantes poderão ser realizadas à distância, de forma virtual ou por videoconferência.

Seção III

Da Diretoria

Art. 50. A **FECOMÉRCIO MG** será dirigida por uma Diretoria composta de 35 (trinta e cinco) membros efetivos e 12 (doze) suplentes, eleitos quadrienalmente pelo Conselho de Representantes, para mandato a ser iniciado no dia 1º de julho, na ordem de menção da chapa, para ocuparem os seguintes cargos:

I - Presidente;

II - 1º Vice-Presidente;

III - 2º Vice-Presidente;

IV - 1º Vice-Presidente Administrativo;

V - 2º Vice-Presidente Administrativo;

VI - 1º Vice-Presidente Financeiro;

VII - 2º Vice-Presidente Financeiro;

VIII - 28 (vinte e oito) Diretores, em sua respectiva ordem alfabética.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria e os Sindicatos não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da **FECOMÉRCIO MG**.

Art. 51. À Diretoria compete:

I - dirigir a **FECOMÉRCIO MG** de acordo com o presente Estatuto e com as deliberações do Conselho de Representantes, administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos Sindicatos filiados e das atividades econômicas de que tratam os artigos 2º e 3º do presente Estatuto;

II - cumprir e fazer cumprir as leis, bem como o Estatuto, Regimentos, deliberações próprias e do

Conselho de Representantes;

III - ter conhecimento sobre o orçamento anual e sobre o Parecer do Conselho Fiscal, que serão submetidos à aprovação do Conselho de Representantes;

IV - aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;

V - reunir-se, mensalmente, em sessão ordinária, e extraordinariamente, sempre que o Presidente ou 1/3 (um terço) dos Diretores a convocar;

VI - orientar e fiscalizar a gestão administrativa;

VII - apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes trimestrais;

VIII - fixar valores das contribuições devidas à **FECOMÉRCIO MG**, para serem submetidos e aprovados pelo Conselho de Representantes.

§ 1º As decisões deverão ser tomadas por maioria de votos, com a presença mínima de mais da metade de seus membros.

§ 2º A compra de bens imóveis será aprovada por maioria de votos com a presença mínima de mais da metade de seus membros, mediante prévia avaliação.

Art. 52. Ao Presidente compete:

I – exercer as gestões administrativa e financeira da **FECOMÉRCIO MG**;

II - representar legalmente a **FECOMÉRCIO-MG**, inclusive perante a Administração Pública e em Juízo, podendo delegar poderes;

III - convocar as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria, presidindo-as;

IV - instalar as reuniões do Conselho Fiscal;

V - assinar com o Vice-Presidente Administrativo as atas das sessões e os documentos que instrumentam as deliberações e decisões do Conselho de Representantes e da Diretoria, determinando e acompanhando seu cumprimento;

VI - autorizar as despesas de viagem e de estada, de até 2 (dois) representantes por Sindicato filiado, com sede fora do local onde se realizar a reunião do Conselho de Representantes;

VII - convocar qualquer membro da Diretoria, dos Conselhos e de Sindicatos filiados;

VIII - autorizar despesas e assinar, juntamente com o Vice-Presidente Financeiro, cheques e demais papéis de crédito e operações financeiras, inclusive virtuais;

IX - contratar empregados, fixar-lhes a remuneração e demiti-los;

X - designar representantes da **FECOMÉRCIO MG** para participar de congressos, conferências, comissões e outros eventos, quando tais incumbências não dependerem de eleições;

XI – organizar e submeter à apreciação da Diretoria o relatório das ocorrências do ano anterior para posterior apresentação ao Conselho de Representantes, devendo dele constar:

- a) resumo dos principais acontecimentos verificados no curso do ano anterior;
- b) relação dos Sindicatos admitidos durante o ano, com especificações exigidas neste Estatuto e menção dos respectivos números de matrículas;
- c) relação dos Sindicatos que, durante o ano, deixaram de pertencer ao quadro social, com as especificações a que se refere a alínea anterior e declaração do motivo da ocorrência;
- d) balanço do exercício, assinado por contador legalmente registrado.

XII - desempenhar todas as atribuições que lhe tenham sido cometidas pelo Conselho de Representantes e pela Diretoria, desde que não contrariem as leis e o presente Estatuto;

XIII - presidir os Conselhos Regionais do Serviço Social do Comércio – **SESC-MG** e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – **SENAC-MG**;

XIV - presidir o Conselho de Representantes da **FECOMÉRCIO MG**;

XV - presidir o Instituto **FECOMÉRCIO MG**;

XVI - submeter ao Conselho de Representantes o orçamento do ano seguinte, com o parecer do Conselho Fiscal, até 30 (trinta) de novembro, o qual conterá a discriminação da receita e despesa da **FECOMÉRCIO MG**;

XVII - indicar e escolher diretores para composição de comissões e grupos de trabalho;

XVIII - elaborar e assinar resoluções, no âmbito de suas competências estatutárias.

§ 1º O Presidente poderá exercer o voto de qualidade em casos de empates, nas votações da Diretoria e do Conselho de Representantes.

§ 2º Aos Vice-Presidentes, obedecida a ordem hierárquica de precedência, compete auxiliar o Presidente nas suas funções, podendo substituí-lo, por ato formal do Presidente, nas suas faltas, bem como nos seus afastamentos temporários.

§ 3º Aos Diretores compete substituir os Vice-Presidentes, em suas faltas e afastamentos temporários, por ato formal e à escolha do Presidente.

Art. 53. Ao 1º Vice-Presidente Administrativo compete:

I - exercer atividades auxiliares da Presidência relacionadas com o desenvolvimento e acompanhamento de projetos destinados ao fortalecimento da **FECOMÉRCIO MG**;

II – redigir, ler e assinar as atas das sessões da Diretoria juntamente com o Presidente;

III – ter sob sua guarda e zelo os bens móveis e imóveis na administração de sua conservação;

IV - manter registros dos bens da **FECOMÉRCIO MG** e administrar seu patrimônio imobiliário destinado à produção de renda;

V – elaborar, juntamente com o Presidente, a pauta e agenda da reunião da Diretoria;

VI - auxiliar o Presidente na direção, coordenação e no planejamento estratégico da **FECOMÉRCIO MG**;

VII – efetuar a gestão, juntamente com o Presidente, das áreas comerciais, de arrecadação e negociações imobiliárias da **FECOMÉRCIO MG**.

VIII – organizar e superintender a escritura de inventário dos bens móveis da **FECOMÉRCIO MG** com a discriminação dos respectivos valores unitários.

Parágrafo único. Ao 2º Vice-Presidente Administrativo incumbe substituir o 1º Vice-Presidente Administrativo em suas faltas e/ou impedimentos.

Art. 54. Ao 1º Vice-Presidente Financeiro compete:

I - exercer atividades auxiliares da Presidência relacionadas com o desenvolvimento e acompanhamento de projetos destinados ao fortalecimento da **FECOMÉRCIO MG**;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade os fundos e valores financeiros da **FECOMÉRCIO MG**;

III - assinar, com o Presidente, o orçamento, balanços anuais, os cheques, saques e demais papéis de crédito e efetuar pagamentos e recebimentos autorizados;

IV - dirigir e fiscalizar os trabalhos da Controladoria;

V - apresentar, ao Conselho Fiscal, balancetes trimestrais e o balanço anual, bem como quaisquer informações e documentos financeiros quando solicitados por este órgão;

VI - recolher, fiscalizar e controlar os repasses devidos por todos os Sindicatos filiados;

VII - recolher os valores da **FECOMÉRCIO MG** e depositar seus recursos financeiros em estabelecimentos de créditos autorizados pela Diretoria, conservando os fundos indispensáveis às necessidades imediatas;

VIII - autorizar pagamentos, dentro da previsão orçamentária, zelando pela sua execução, com o devido processo autorizado, conforme limites de alçada previstos em Resolução;

IX - elaborar, em conjunto com o Presidente, o orçamento da **FECOMÉRCIO MG**, o qual, com a participação do Presidente, será apresentado na forma deste Estatuto.

Parágrafo único. Ao 2º Vice-Presidente Financeiro incumbe substituir o 1º Vice-Presidente Financeiro em suas faltas e/ou impedimentos.

Art. 55. Os demais Diretores desempenharão as atribuições que forem designadas pela Presidência.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 56. A **FECOMÉRCIO MG** terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos quadrienalmente pelo Conselho de Representantes, para o mesmo mandato da Diretoria, na forma deste Estatuto.

Art. 57. Ao Conselho Fiscal incumbe:

I - dar parecer sobre o orçamento e o balanço anual da **FECOMÉRCIO MG**, neles lançando o seu "visto";

II - opinar sobre as despesas extraordinárias, os balancetes trimestrais e a aplicação do patrimônio referida no artigo 73.

§ 1º O Conselho Fiscal poderá contratar, justificadamente, auditoria independente para subsidiar seu parecer sobre o orçamento e balanço anual, observada a previsão orçamentária.

§ 2º O Conselho Fiscal poderá apresentar para a Diretoria relatórios dos balancetes trimestrais.

Art. 58. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - ordinariamente, pelo menos uma vez a cada trimestre, com o objetivo de analisar as contas e os relatórios financeiros;

II - extraordinariamente, para exame de despesas extraordinárias e questões de natureza patrimonial, ou sempre que for necessário, a pedido de qualquer de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrerão com a presença da maioria simples de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria dos presentes.

Seção V

Da Perda de Mandato

Art. 59. Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, perderão o mandato nos seguintes casos:

I - malversação ou dilapidação do patrimônio social; II - grave violação deste Estatuto;

III - abandono do cargo na forma prevista no parágrafo único do artigo 65;

IV - deixar de pertencer às categorias econômicas representadas pela **FECOMÉRCIO MG**.

§ 1º A perda do mandato será declarada pelo Conselho de Representantes.

§ 2º Toda destituição de cargo administrativo deverá ser precedida de notificação com 15 (quinze) dias úteis de antecedência em relação à Assembleia convocada para esse fim, que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo pedido de reconsideração em até 5 (cinco) dias consecutivos, no caso de o Conselho de Representantes ter deliberado pela perda de mandato.

Art. 60. Na hipótese de perda de mandato, as substituições se farão de acordo com o que dispõe o Capítulo VII.

CAPÍTULO VII DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 61. A convocação dos suplentes, quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal ou Conselho de Representantes, compete ao Presidente.

Art. 62. Nos casos de afastamentos do Presidente e dos demais membros da Diretoria serão adotados os seguintes procedimentos:

I - nos casos de afastamentos definitivos ou por circunstâncias não voluntárias do Presidente, o 1º Vice-Presidente assumirá a presidência da **FECOMÉRCIO MG**, e assim sucessivamente, entre os Vice-Presidentes;

II – no caso de impossibilidade de aplicação do disposto no inciso I, os Diretores remanescentes escolherão em até 10 (dez) dias os substitutos, ficando a Presidência, neste íterim, sob a responsabilidade do Diretor mais idoso, que convocará a reunião de deliberação.

Art. 63. Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e não houver suplentes para as Vice-Presidências, ou desta juntamente com o Conselho Fiscal, o Presidente, ainda que resignatário, convocará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Conselho de Representantes, que elegerá imediatamente uma Junta Governativa Provisória.

§ 1º Uma vez eleita, a Junta Governativa Provisória empossar-se-á automaticamente.

§ 2º A Junta Governativa será composta por 3 (três) membros do Conselho de Representantes, com igual número de suplentes.

Art. 64. A Junta Governativa, constituída nos termos do artigo anterior, procederá às diligências para a realização de novas eleições para a investidura nos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, na conformidade do presente Estatuto e no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da sua posse.

Art. 65. Em caso de abandono do cargo, proceder-se-á sua substituição na ordem de precedência ou suplências, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou Delegados da **FECOMÉRCIO MG** no Conselho de Representantes junto à **CNC**, que houver abandonado o cargo, ser eleito para qualquer mandato da **FECOMÉRCIO MG**, pelo período de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Considera-se abandono de cargo a recusa em assinar termo de posse da função para que tenha sido eleito o membro da Diretoria, do Conselho Fiscal ou Delegados da **FECOMÉRCIO MG** no Conselho de Representantes junto à **CNC**, e respectivos suplentes, ou a ausência não justificada, a 3 (três) reuniões sucessivas ou 6 (seis) alternadas do órgão a que pertença o eleito.



CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS E PATRIMÔNIO

Art. 66. Constituem fontes de custeio da **FECOMÉRCIO MG**:

I - a Contribuição Confederativa, instituída pelo art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, que será cobrada pelos Sindicatos e pela **FECOMÉRCIO MG** ou pela Confederação Nacional do Comércio, estabelecidos os valores e critérios pela forma abaixo:

- a) os dos Sindicatos, pelas respectivas Assembleias Gerais;
- b) os da **FECOMÉRCIO MG**, pelo seu Conselho de Representantes;

II - a Contribuição Assistencial, a que se refere o artigo 513, "e", da CLT, estabelecidos os valores e critérios pela Assembleia Geral;

III - a Contribuição Sindical arrecadada na forma da lei;

IV - a Contribuição Associativa instituída e fixada pelo Conselho de Representantes e cobrada dos Sindicatos filiados;

V - rendas patrimoniais;

VI - rendas produzidas pelo exercício de suas atividades;

VII - multas e outras rendas eventuais;

VIII - outras rendas, inclusive doações, auxílios e subvenções.

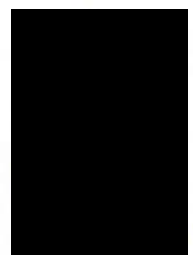
§ 1º Na distribuição da receita proveniente da Contribuição Confederativa prevista no inciso I deste artigo, serão observados os seguintes percentuais: 5% (cinco por cento) a favor da Confederação Nacional do Comércio; 15% (quinze por cento) a favor da **FECOMÉRCIO MG**; 75% (setenta e cinco por cento) a serem distribuídos junto aos Sindicatos filiados; e 5% (cinco por cento) a favor do agente cobrador.

§ 2º A receita advinda da Contribuição Assistencial, prevista no inciso II deste artigo, terá a seguinte partilha:

- I - 10% (dez por cento) à **CNC**;
- II - 20% (vinte por cento) para a **FECOMÉRCIO MG**;
- III - 70% (setenta por cento) para o Sindicato.

§ 3º No caso de categoria inorganizada em Sindicato, a Contribuição Assistencial firmada pela **FECOMÉRCIO MG** observará a seguinte partilha:

- I - 20% (vinte por cento) à **CNC**;
- II - 80% (oitenta por cento) para a **FECOMÉRCIO MG**.





Art. 67. As receitas e despesas da **FECOMÉRCIO MG** serão apropriadas por centros de custos e de resultados de acordo com a previsão orçamentária.

Parágrafo único. O Conselho de Representantes, quando entender necessário, poderá determinar a contratação de auditoria externa.

Art. 68. É defeso à Diretoria, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes:

I – autorizar despesas com publicações ou publicidade que não se conciliem com os itens I, II e III do art. 4º, assim como aquelas que não decorram de determinação legal;

II – promover quaisquer homenagens de caráter permanente a pessoas vivas, ressalvadas a personalidades que, a critério da Diretoria, tenham prestado serviços relevantes ao comércio de bens, serviços e turismo e à **FECOMÉRCIO MG**;

III – permitir, em nome da **FECOMÉRCIO MG** ou dentro de sua sede, qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação;

IV – permitir o uso gratuito ou remunerado da sede social a entidade de índole político-partidária;

V – recomendar aos membros da classe, pessoas ou empresas que desejam fazer propaganda, pleitear donativos ou conseguir vantagens de interesse particular;

VI – fornecer a terceiros, a qualquer título, por meio manual, mecanizado ou eletrônico, endereço dos comerciantes cadastrados na **FECOMÉRCIO MG**, para fins políticos ou de propaganda comercial.

Art. 69. Os bens imóveis só poderão ser alienados com prévia autorização do Conselho de Representantes, aprovada por 2/3 (dois terços) dos presentes, em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esta finalidade, com a presença da maioria absoluta dos seus membros, e após a realização de no mínimo duas avaliações, efetuadas por organizações habilitadas para tal fim.

Art. 70. Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio da **FECOMÉRCIO MG** são equiparados a crimes de improbidade administrativa, previstos na legislação pertinente.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. Será conferido excepcionalmente o título de GRANDE BENEMÉRITO ao empresário que, a juízo do Conselho de Representantes e mediante proposta da Diretoria, houver prestado relevantes serviços à coletividade ou à classe comercial.

Art. 72. A **FECOMÉRCIO MG**, quando julgar oportuno, instituirá delegações ou seções regionais para melhor cumprimento de suas finalidades, inclusive no âmbito jurisdicional e específico de Sindicato filiado, desde que, neste caso, haja acordo prévio entre as duas Entidades Sindicais.





Art. 73. No caso de dissolução da **FECOMÉRCIO MG**, o que se dará por deliberação expressa da Assembleia Geral do Conselho de Representantes, para esse fim especialmente convocada e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Sindicatos filiados quites, o destino do seu patrimônio, pagas as dívidas legítimas de sua responsabilidade, será definido pela mesma Assembleia Geral que decidir pela dissolução.

Art. 74. O presente Estatuto só poderá ser reformado pelo Conselho de Representantes em Assembleia especialmente convocada e com a presença de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos Sindicatos filiados.

Parágrafo único. A proposta de alteração do Estatuto será enviada aos Sindicatos para apreciação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias consecutivos da data da Assembleia em que deverá ser discutida e votada.

Art. 75. O presente Estatuto, com nova redação, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes da **FECOMÉRCIO MG**, realizada em 21/03/2025, podendo a qualquer tempo, se necessário, ser alterado ou modificado desde que obedecidas as mesmas formalidades para sua aprovação.

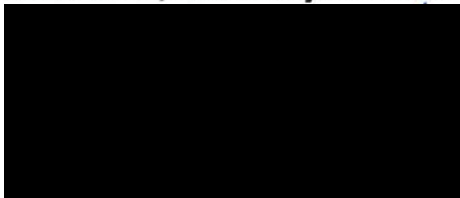
Art. 76. A nova composição da Diretoria, prevista no artigo 50 deste Estatuto, bem como as competências previstas nos artigos 51 a 55 deste Estatuto, serão aplicadas a partir da eleição de 2026. As demais disposições do presente Estatuto entram em vigor a partir de sua aprovação pelo Conselho de Representantes.

Art. 77. Os eleitos em 2026 terão os mandatos iniciados em 01/08/2026 e término em 30/06/2030.

Parágrafo único. A partir da eleição de 2030, os mandatos terão início em 01/07 e término em 30/06.

Art. 78. A limitação de mandato sindical, prevista no § 1º do artigo 9º, será aplicada a partir do mandato iniciado em 2022.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.



Nadim Elias Donato Filho
Presidente



**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO
O ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMÉRCIO MG****AVERBADO(A) sob o nº 515, no registro 80918, no Livro A,
em 28/10/2025****Belo Horizonte, 28/10/2025**Emol:(6101-0) R\$ 162,38 T.F.J: R\$ 55,71 Rec: R\$ 14,47 Iss:7,62 - Total: R\$ 227,18
Emol:(8101-8) R\$ 245,16 T.F.J: R\$ 82,62 Rec: R\$ 18,36 Iss:12,15 - Total: R\$ 358,29() José Nadi Néri - Oficial
Escritores: () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
() Eden Silva Pinto De Carvalho**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO
O ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMÉRCIO MG****AVERBAÇÃO nº 515, no registro 80918, no Livro A, Examinada,
Conferida e qualificada.****Belo Horizonte, 28/10/2025**

Emol:(6601-9) R\$ 26,00 T.F.J: R\$ 7,77 Rec: R\$ 1,88 Iss:1,25 - Total: R\$ 36,90

() José Nadi Néri - Oficial
Escritores: () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
() Eden Silva Pinto De Carvalho**PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE BELO
HORIZONTE - MG****SELO DE CONSULTA:****CÓDIGO DE SEGURANÇA:**Quantidade de atos praticados: 5
1(6101), 3(8101), 1(6701)Ato(s) Praticado(s) por: CHRISTIANE EVELYN SANTOS
COSTA - Auxiliar de Cartório - Emol.: R\$ 240,09 - Tx.Judic.
R\$ 74,37 - Total: R\$ 314,46 - ISS: R\$ 11,15Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

SHIRLEY NERI DE AGUIAR OLIVEIRA

OAB/MG - [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] - Estado Civil: Casada - CNH B

OBJETIVO: Atuar na área jurídica empresarial, generalista, parecerista, analista de legislação em geral, contencioso e preventivo em geral, em especial nas áreas trabalhista e cível, compliance e governança corporativa.

HABILIDADES: Sou proativa, organizada, centrada, colaborativa, assídua, comprometida, comunicativa, criativa, resiliente e tenho facilidade de adaptação e inteligência emocional para lidar com as adversidades, mudanças e obstáculos.

PUBLICAÇÕES: - Artigo "*A possibilidade da Remuneração de Dirigente estatutário e sua fundamentação legal*" publicado em Livro obra coletiva *Direito, Economia e Filosofia: uma homenagem ao jurista Ives Gandra Martins* - Editora Foco – 1ª Edição - 2024.

ESCOLARIDADE:

MBA EM COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS - Concluído em 06/10/2025

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO - Concluído em 2024

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS

Especialização pelo PROLABORE CURSOS JURÍDICOS

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO – 2013

DIREITO – Conclusão: 2009

Faculdade de Direito Pe. Arnaldo Janssen

LETRAS (licenciatura em português e inglês) - Conclusão: 2003

Faculdade de Filosofia e Letras – Fundação Educacional Monsenhor Messias - Sete Lagoas

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIADO

FUNEC – Unidade Cruzeiro do Sul

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

ATUAL:

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE MINAS GERAIS – FECOMÉRCIO/MG

Ramo De Atividade: Entidade Sindical De Segundo Grau Representativa Do Comércio De Bens, Serviços E Turismo

Admissão: 19/05/2025

Cargo: Advogada Empresarial, sindical e trabalhista

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE MINAS GERAIS – CIEE/MG

Ramo de Atividade: Entidade do Terceiro Setor - Associação de direito privado - Agente de Integração de programas de Estágios e Entidade Qualificadora e Empregadora de Aprendizagem Profissional.

Data de admissão: 1º/09/2.000. – Data de Desligamento: 16/05/2025

Cargo: Processadora Pleno/atuação como advogada responsável pelo Jurídico Interno:

Departamentos/Setores: Setor de Pessoal e Jurídico Institucional

- Atividades Desenvolvidas:

I – Processos judiciais:

- Ações trabalhistas e cíveis (audiências, distribuição de petições, elaboração de defesas, contestação e recursos);
- Pareceres em diversas áreas, análises de legislação de várias áreas, em especial nas áreas trabalhista, cível, previdenciário e relacionados a entidade de terceiro setor;
- Ações e pareceres relacionados às imunidades tributárias de entidade do terceiro setor.
- Negociação do Acordo Coletivo da Instituição com o respectivo Sindicato dos Empregados.
- Atendimento e elaboração de defesas, respostas argumentativas nas fiscalizações/autuações do Ministério do Trabalho e Previdência e do Ministério Público do Trabalho;
- Sistemas PJE, PROJUDI e do Ministério Público do Trabalho.

II – Compliance:

- Elaboração e atualização do Regulamento de Pessoal;
- Emissão e atualização do Código de Ética e de Conduta Profissional da Entidade interno e para terceiros;
- Pareceres e acompanhamento nas admissões, transferências e demissões de empregados;
- Inquéritos administrativos para apuração de faltas graves dos empregados.
- Emissão e acompanhamento de denúncias dos colaboradores e do público alvo da entidade;
- Canal de denúncias - ouvidoria, respostas e resolução de casos.
- Adequação das rotinas e procedimentos internos da Instituição;
- Treinamentos para orientação e desenvolvimento de funcionários;
- Elaboração de Pareceres, de Portarias e Circulares Internas de prevenção e combate a criação de passivo trabalhista;
- Consultoria aos clientes parceiros da Instituição e aos adolescentes e jovens público alvo do CIEE.
- Adequação dos procedimentos internos às normas da LGPD.

III – Licitações:

- Credenciamento, participação de licitações promovidas por Entes da administração pública municipal, estadual e federal presencial e *on line*;
- Interposição de recursos e solicitação de esclarecimentos referentes aos processos licitatórios;
- Providências e levantamento de documentos exigidos pela lei para a dispensa de licitação.
- Controle e emissão de certidões negativas de débito e cadastro em órgãos municipais, estaduais e federais (CAGEC; comprasnet, compras.mg, etc.);
- Análise e elaboração de Convênios/Contratos com órgãos da Administração pública direta e indireta, empresas privadas e Instituições de Ensino, observada a legislação específica;

IV – Análise e elaboração de convênios e contratos com entes da administração pública ou com empresas da iniciativa privada, clientes, prestadores de serviços e/ou fornecedores:

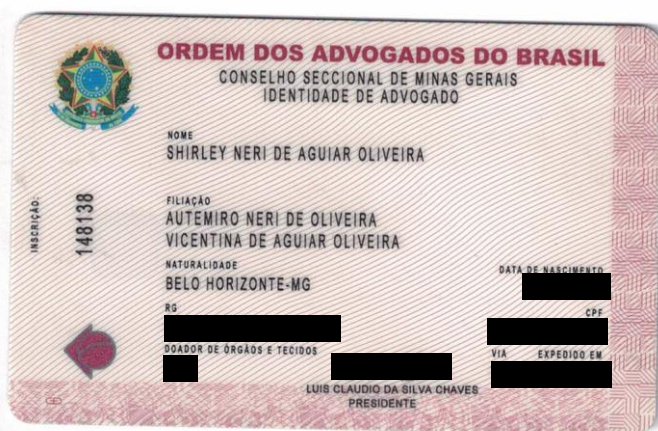
- Participação da negociação, elaboração e revisão de todos os contratos de prestação de serviços celebrados pela Instituição, seja como prestadora de serviços ou como tomadora de serviços;
- Revisão dos instrumentos jurídicos que selam as relações da Instituição com o público externo, de acordo com a legislação específica em vigor (contratos dos aprendizes, contratos dos estagiários, contratos e convênios celebrados com as empresas clientes e fornecedores);
- Adequação dos contratos às normas da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
- Emissão dos termos aditivos para a prorrogação dos contratos e alterações diversas.
- Escrituras públicas.

CURSOS EXTRACURRICULARES:

SENAC: - Oratória; - Prático de Departamento Pessoal; Auxiliar de Contabilidade; Técnicas de Correspondência Empresarial; Chefia e Liderança; Datilografia;

- Informática *WINDOWS*, - *MS– DOS*, *WORD*, *EXCEL*, *Power Point*, *Microsoft Teams*, *microsoft OneDrive*.

- *Curso da LEC*, Compliance Masterclass 2024 - 30/09 a 07/10/2024.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	DATA DE EXPEDIÇÃO
NOME	
SHIRLEY NERI DE AGUIAR OLIVEIRA	
FILIAÇÃO	
AUTEMIRO NERI DE OLIVEIRA	
VICENTINA DE AGUIAR OLIVEIRA	
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
BELO HORIZONTE-MG	
DOC ORIGEM	
BELO HORIZONTE-MG	
CPF	
LETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO	
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 116 DE 29/08/83	

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

